

Tradução literal para o português

Documento assinado ver documento em espanhol

**ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS
IBERO-AMERICANOS PARA A
EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E
A CULTURA**

Demonstrações Financeiras
relativas ao exercício 2023,
acompanhadas do Relatório de
Auditoria das Demonstrações
Financeiras emitido por um
auditor independente

ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

**Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2022,
acompanhadas do Relatório de Auditoria das Demonstrações
Financeiras emitido por um Auditor Independente**

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EMITIDO POR UM AUDITOR INDEPENDENTE:

- - Demonstração da situação financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
- - Demonstração de resultados e outros resultados abrangentes correspondente aos exercícios de 2023 e 2022
- - Demonstração das mutações no patrimônio líquido correspondente aos exercícios de 2023 e 2022
- - Demonstração dos Fluxos de Caixa correspondente aos exercícios de 2023 e 2022
- - Notas explicativas das demonstrações financeiras de 2023

ANEXO I: Informações por Sedes

**ANEXOS II: Saldo detalhado de projetos em execução resultantes de acordos de
colaboração.**

**ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO,
A CIÊNCIA E A CULTURA**

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras emitido por
um Auditor Independente

Relatório do auditor independente de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria

Ao Conselho Diretivo, em nome do Secretário-Geral da **Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura**:

Opinião

Realizamos a auditoria as demonstrações financeiras da **Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura** (a Entidade) que compreendem a demonstração da situação financeira em 31 de dezembro de 2023, a demonstração de resultados e de outros resultados abrangentes, a demonstração das mutações no patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data. Também se incluem as notas explicativas das demonstrações financeiras, que compreendem um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, uma visão fiel da posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, bem como de seus resultados e fluxos de caixa para o exercício findo na data referida, de acordo com os critérios de relatório financeiro descritos na nota 2 das demonstrações financeiras anexas, ou seja, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS, sigla em inglês).

Fundamentos da opinião

Conduzimos nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Nossas responsabilidades, de acordo com essas normas, estão descritas na seção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras do nosso relatório.

Somos independentes da Entidade, de acordo com o Código de Ética Profissional do Contador do Conselho Internacional de Normas Éticas para Contadores (International Ethics Standards Board for Accountants - IESBA, sigla em inglês) e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas segundo esses requisitos e o Código de Ética do IESBA.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras questões

Conforme indicado na nota 2 das notas explicativas anexas, estas demonstrações financeiras não foram preparadas em virtude de exigências legais, mas sim para fins de prestação de contas e sua aprovação pelo Conselho Diretivo da Entidade e foram auditadas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Em nenhum caso este relatório pode

ser entendido como um relatório de auditoria nos termos previstos nas normas de auditoria de contas vigentes na Espanha.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorção relevante, seja devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua nossa opinião.

Segurança razoável é um alto grau de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) sempre detectará uma distorção relevante quando ela existir. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes se, individualmente ou em conjunto, for razoável esperar que influenciem as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, seja por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de uma distorção relevante devido a fraude é maior do que o de uma distorção relevante devido a erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, distorções deliberadas, declarações falsas ou a transgressão dos controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pelo Secretário-Geral.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Secretário-Geral, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada e justa.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante o curso da auditoria.

BDO Auditores, S.L.P. (ROAC S1273)

Vicente Hernández Hernández (ROAC 21.933)
Sócio - Auditor

31 de julho de 2024



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Expressas em dólares americanos



DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO

	Notas	2023	2022
ATIVOS NÃO CIRCULANTES		19.227.289	19.001.654
Ativos intangíveis	4	7.509	6.931
Bens imobiliários, instalações e equipamentos	5	8.347.445	8.422.806
Propriedade para investimento	6	2.982.076	2.785.153
Ativos de direito de uso	7	569.116	829.270
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	8	7.321.143	6.957.494
ATIVOS CIRCULANTES		165.484.631	220.206.937
Débitos e outras contas a receber	8	9.381.693	10.073.821
<i>Contribuições obrigatórias</i>		1.030.324	977.889
<i>Financiadores</i>		6.114.349	5.913.700
<i>Adiantamentos a fornecedores e contas a pagar</i>		1.746.512	2.309.409
<i>Contas a receber empregados</i>		14.473	17.028
<i>Depósitos de garantia</i>		27.252	49.324
<i>Outras contas a receber</i>		448.783	806.471
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	8	41.826.486	34.520.242
Receita diferida		147.937	113.367
Caixa e equivalentes de caixa	9	114.128.515	175.441.796
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	-	57.711
TOTAL ATIVOS		184.711.920	239.208.591
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	88.440.087	86.779.765
Reservas		84.331.376	61.357.370
Resultados do exercício		1.750.243	22.638.868
Ajustes a valor justo		2.358.467	2.783.527
Subvenções para patrimônio		-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.537.158	16.196.428
Provisões a longo prazo	11	6.065.991	4.683.459
Passivos financeiros com instituições financeiras	12	4.954.372	4.584.314
Despesas com aluguéis	7	285.696	494.449
Receita diferida passivo não circulante	14	6.231.099	6.434.206
PASSIVO CIRCULANTE		78.734.676	136.232.398
Provisões a curto prazo	11	137.694	26.303
Passivos financeiros com instituições financeiras	12	46.433	69.098
Despesas com aluguéis	7	238.688	277.039
Créditos e outras contas a pagar	12	78.281.301	135.825.104
<i>Projetos em execução</i>		62.698.989	117.181.142
<i>Fornecedores</i>		12.416.414	15.207.707
<i>Obrigações trabalhistas</i>		371.509	436.932
<i>Administrações públicas credoras</i>		323.941	381.060
<i>Outros passivos</i>		68.359	179.102
<i>Subvenções pendentes de ser aplicadas</i>		2.402.089	2.439.161
Refeita diferida passivo circulante	14	30.560	34.854
TOTAL PASSIVO		96.271.834	152.428.826
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PASSIVO		184.711.921	239.208.591

As notas explicativas 1 a 19 são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Notas	2023	2022
I. RECEITAS DAS ATIVIDADES CORRENTES		67.200.687	93.981.986
Contribuições obrigatórias		3.423.180	3.328.733
Serviços e publicações		1.231.595	4.015.967
Contribuições e subvenções		734.747	475.679
Receitas provenientes de acordos/convênios	16.a	60.855.532	84.169.413
<i>Receitas por gestão e administração de acordos/convênios</i>		7.959.202	8.836.790
<i>Receitas por execução de acordos de cooperação</i>		52.896.330	75.332.623
Subvenções ajustadas ao resultado		47.603	53.785
Outras receitas		908.030	1.938.409
II. DESPESAS DAS ATIVIDADES CORRENTES		(80.581.220)	(100.349.722)
Despesas estruturais	16.b	(22.017.953)	(21.334.544)
Despesas com o pessoal		(14.619.450)	(11.274.105)
Serviços exteriores e diversos		(5.839.817)	(6.795.572)
Depreciação de bens, instalações e equipamentos e amortização de ativos intangíveis	4 y 5	(699.601)	(662.240)
Amortização direitos de uso	7	(297.389)	(282.217)
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis		-	(326.224)
Outras despesas		(561.696)	(1.994.186)
Despesas pela execução de acordos/convênios	16.b	(58.563.267)	(79.015.178)
Despesas com o pessoal		(1.371.309)	(1.986.241)
Serviços externos e diversos		(57.018.727)	(76.989.380)
Outras despesas		(173.231)	(39.557)
A. RESULTADO DAS ATIVIDADES CORRENTES I + II		(13.380.533)	(6.367.736)

	Notas	2023	2022
III. RECEITAS FINANCEIRAS		29.291.989	36.741.353
Juros		13.414.906	11.285.256
Ganhos de capital na alienação de investimentos financeiros		-	-
Ganhos em aplicações financeiras avaliadas a valor justo		15.673.974	25.271.005
Bonificações de juros		203.109	185.092
Diferenças positivas de câmbio		-	-
IV. DESPESAS FINANCEIRAS	16.b	(14.161.213)	(7.734.749)
Taxas bancárias		(345.192)	(214.086)
Juros		(286.181)	(234.011)
Perdas em aplicações financeiras avaliadas a valor justo		86.232)	(199.864)
Diferenças negativas de câmbio		(13.443.608)	(7.086.788)
B. RESULTADO FINANCEIRO III + IV		15.130.776	29.006.604
C. RESULTADO DO EXERCÍCIO A + B		1.750.243	22.638.868
V. Itens que não serão reclassificados para perdas e ganhos			-
Resultados por reavaliação de edifícios e terrenos		-	-
Resultados por alterações em pressupostos atuariais		-	-
D. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
E. RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		1.750.243	22.638.868

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas e resultados de exercícios anteriores	Ajustes a valor justo	Resultado do exercício	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	57.230.862	2.783.527	4.126.508	64.140.897
Resultado do exercício 2022	-	-	22.638.868	22.638.868
Ajustes a valor justo	-	-	-	-
Transferência do resultado do exercício anterior	4.126.508	-	(4.126.508)	-
Ganhos e perdas por reavaliação de edifícios e terrenos	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	61.357.370	2.783.527	22.638.868	86.779.765
Resultado do exercício 2023	-	-	1.750.243	1.750.243
Ajustes a valor justo	425.060	(425.060)	-	-
Transferência do resultado do exercício anterior	22.638.868	-	(22.638.868)	-
Ganhos e perdas por reavaliação de edifícios e terrenos	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	(89.922)	-	-	(89.922)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	84.331.376	2.358.467	1.750.243	88.440.086

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(42.704.773)	(18.218.151)
Resultado do exercício	1.750.243	22.638.868
<i>Ajustes ao resultado:</i>	<i>(26.604.524)</i>	<i>(18.162.997)</i>
Amortização (e depreciação)	996.991	944.460
Provisões	375.520	-
Resultados por avaliação a valor justo	(15.575.676)	-
Diferenças positivas/negativas de câmbio	(8.824.176)	(3.784.884)
Resultados advindos de PIE (propriedade, instalações e equipam.)	(21.862)	(38.545)
Resultados dos instrumentos financeiros	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-
Resultados propriedades para investimentos	(196.923)	(88.654)
Juros financeiros	(12.171.064)	(10.545.228)
Outros	8.860.269	(4.650.146)
Transferência de subvenções para imobilizado	(47.603)	-
Varição de passivos circulantes	(22.962.967)	(24.109.180)
Varição de ativos circulantes	5.162.331	1.415.158
Pagamento de provisões para riscos e contingências	(49.856)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	5.271.951	(973.042)
Recebimentos na alienação de PIE	64.945	2.649
Recebimentos na alienação de investimentos financeiros	245.988.827	268.398.662
Recebimentos na alienação de investimentos imobiliários	-	8.850.000
Pagamentos por aquisição de ativos tangíveis (PIE)	(616.420)	(417.890)
Pagamentos por aquisição de ativos intangíveis	(3.878)	(9.024)
Pagamentos por aquisição de investimentos financeiros	(240.161.523)	(277.797.439)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(23.880.459)	7.884.957
Pagamentos de dívidas	(40.974)	(5.444)
Obtenção de dívidas	-	40.283
Contribuições recebidas financiadores	130.428.954	235.729.524
Fundos de financiadores executados para os quais não há obrigação de devolver	(154.268.439)	(227.879.406)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES	(61.313.281)	(11.306.236)
Caixa e equivalentes ao início do exercício	175.441.796	186.748.032
CAIXA E EQUIVALENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO	114.128.515	175.441.796

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ENTIDADE

a. Entidade

A ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA OEI (doravante, a OEI ou a Entidade) é uma organização intergovernamental dedicada à "cooperação" entre os países ibero-americanos nos campos da educação, ciência e cultura. Sua missão é promover políticas, programas e projetos que visem impulsionar o direito à educação em condições de qualidade e equidade para crianças, jovens e adultos, aprofundar e difundir a identidade e pluralidade das culturas ibero-americanas, fortalecer a "cooperação" científico-tecnológica, bem como vincular as áreas de ciência, cultura e educação.

b. Estados-Membros

Os Estados-Membros de pleno direito e observadores são todos os países ibero-americanos que compõem a Comunidade Ibero-Americana de Nações constituída por Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

c. Sedes

A OEI, em 31 de dezembro de 2023, tem sedes nacionais operacionais e abertas, além de sua sede em Madri (Espanha), em Assunção (Paraguai), Bogotá (Colômbia), Brasília (Brasil), Buenos Aires (Argentina), Cidade do México (México), Cidade do Panamá (Panamá), Guatemala (Guatemala), Havana (Cuba), La Paz (Bolívia), Lima (Peru), Lisboa (Portugal), Manágua (Nicarágua), Montevideu (Uruguai), Quito (Equador), San José (Costa Rica), San Salvador (El Salvador), Santiago (Chile), Santo Domingo (República Dominicana) e Tegucigalpa (Honduras).

Para as sedes nacionais na Espanha, Chile, Cuba, Nicarágua e Portugal, a OEI assinou acordos de cessão de espaço com os diferentes estados desses países.

Os endereços de cada uma delas são os seguintes:

SEDE	ENDEREÇO	CIDADE (PAÍS)
Secretaria-Geral	Bravo Murillo, 38	28015 Madri (Espanha)
Escritório na Argentina	Paraguai 1510	C1061ABD Buenos Aires (Argentina)
Escritório na Bolívia	Pasaje Villegas # 1218, (entrando por Calle Campos, entre Av. 6 de Agosto e Av. 20 de Octubre) Zona San Jorge	La Paz (Bolívia)
Escritório no Brasil	SHS, Quadra 6, Conjunto A, Bloco C, sala 919 Complexo Brasil 21	CEP: 70322-915 Brasília DF (Brasil)
Escritório no Chile	Darío Urzúa 1813, Providencia	Santiago (Chile)
Escritório na Colômbia	Carrera 9 nº 76-27	Bogotá (Colômbia)
Escritório na Costa Rica	Oficentro la Sabana, Torreo 3 piso 2 San José, Costa Rica.	San José de Costa Rica (Costa Rica)
Escritório em Cuba	C/24 Nro. 104 entre 1ª e 3ª. Miramar, Playa	Havana (Cuba)
Escritório no Equador	Edificio Shyris Century, Avda. Shyris E9-38 y Bélgica, Piso 05	Quito (Equador)
Escritório em El Salvador	C/ Las Palmas, Casa 223, Col San Benito	San Salvador (El Salvador)

SEDE	ENDEREÇO	CIDADE (PAÍS)
Escritório na Guatemala	5ª Avenida 5-50 zona 14	Cidade de Guatemala (Guatemala)
Escritório de Honduras	Centro Comercial Nova Centro, 7º piso local 103 A Parque Los Próceres	Tegucigalpa (Honduras)
Escritório no México	Av. Presidente Masaryk 526, Col. Polanco, Alcaldía Miguel Hidalgo, C.P. 11530	México DF (México)
Escritório na Nicarágua	Centro Cívico" Camilo Ortega", Módulos del Ministério de Educação; Módulo M planta alta	Manágua (Nicarágua)
Escritório no Panamá	Clayton; Ciudad del Saber C/ Evelio Lara, casa 132 B	Panamá (República de Panamá)
Escritório no Paraguai	Humaitá 525 C/ 14 de mayo	Assunção (Paraguai)
Escritório no Peru	Avda. Pablo Carrquiry 410, San Isidro	Lima 15036 (Peru)
Escritório em Portugal	Palácio das Laranjeiras. Estrada das Laranjeiras, 205	1069-018 Lisboa (Portugal)
Escritório na República Dominicana	Torre Empresarial AIRD, segundo piso Avda. Sarasota nº, 20 Ens, La Julia	Santo Domingo (República Dominicana)
Escritório no Uruguai	Dr. Luis Piera 1992, Piso 3 Edificio MERCOSUR	Montevidéo (Uruguai)

d. Fins gerais

Estes são os objetivos gerais da OEI, estabelecidos no artigo 2 de seus estatutos:

- a) Contribuir para fortalecer o conhecimento, a compreensão mútua, a integração, a solidariedade e a paz entre os povos ibero-americanos através da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura.
- b) Colaborar com os Estados-Membros em ações destinadas a assegurar que os sistemas educacionais cumpram a seguinte tripla missão: humanista, desenvolvendo a educação ética, abrangente e harmoniosa das novas gerações; social e democratizadora, garantindo a igualdade de oportunidades na educação; e produtiva, preparando-se para a vida profissional.
- c) Promover e cooperar com os Estados-Membros em atividades destinadas a elevar os níveis educacionais, científicos, tecnológicos e culturais.
- d) Fomentar a educação como alternativa válida e viável para a construção da paz, mediante a preparação do ser humano para o exercício responsável da liberdade, a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e das mudanças que viabilizem uma sociedade mais justa para a Ibero-América.
- e) Estimular e sugerir medidas que visem alcançar as aspirações dos povos ibero-americanos para sua integração educacional, cultural, científica e tecnológica.
- f) Promover a vinculação dos planos de educação, ciência, tecnologia e cultura com outros planos de desenvolvimento, entendendo isto como estando a serviço da humanidade e buscando a distribuição equitativa de seus produtos.
- g) Promover e implementar programas de cooperação horizontal entre os Estados-Membros e entre estes e os Estados e instituições de outras regiões.
- h) Cooperar com os Estados-Membros para garantir que o processo educacional esteja inserido no contexto histórico e cultural dos povos ibero-americanos, respeitando a identidade comum e a pluralidade cultural da Comunidade Ibero-Americana, com sua grande variedade e riqueza.
- i) Contribuir para a difusão das línguas espanhola e portuguesa e para o aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de ensino, bem como para sua conservação e preservação

entre as minorias culturais que vivem em outros países. Ao mesmo tempo, promover a educação bilíngue para preservar a identidade cultural dos povos da Ibero-América, expressa no multilinguismo de sua cultura.

- j) Colaborar estreitamente e em coordenação com os órgãos governamentais que lidam com educação, ciência, tecnologia e cultura, e promover a cooperação horizontal entre os países ibero-americanos nestes campos.

e. Atividade

A atividade da OEI consiste no desenvolvimento de programas regionais, redes, projetos de cooperação, diálogos de alto nível, congressos, exposições, conferências, formação, cooperação delegada da UE, publicações e conscientização, entre outras ações.

Seu trabalho é articulado em torno de seis áreas principais de atuação e suas linhas estratégicas: **Educação e Formação Profissional, Ensino Superior, Ciência, Cultura, Línguas e Direitos Humanos.**

A área de **Educação e Formação Profissional** abrange projetos educacionais desde o nível infantil até a formação técnica profissional e a alfabetização de adultos. Tem interesse especial em melhorar a qualidade da educação e promover a inovação, a pesquisa e a avaliação em todos os níveis, o desenvolvimento do ensino e a promoção da educação inclusiva. Também ajuda a fortalecer os processos de gestão e administração educacional, promovendo a governança e a liderança em instituições acadêmicas no espaço ibero-americano.

No **Ensino Superior**, a OEI apoia o sistema universitário consolidando processos como a digitalização e a internacionalização para poder dialogar com a dinâmica internacional. Seus principais eixos de ação são o fortalecimento institucional para garantir uma educação de qualidade; a transformação digital e a inovação das universidades, oferecendo indicadores e acompanhando o desenvolvimento e a implementação de estratégias digitais; e a internalização e a mobilidade acadêmica, criando um espaço educacional compartilhado que favorece o intercâmbio de estudantes, professores e funcionários de uma universidade ibero-americana para outra.

No campo da **Ciência**, dá apoio às administrações nacionais da Ibero-América na estruturação de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Também implementa programas de divulgação e educação científica e promove a geração e a transferência de conhecimento, bem como a relação entre ciência, tecnologia e sociedade.

A OEI implementa ações e políticas para a promoção da **Cultura** ibero-americana, destacando a enorme riqueza e diversidade cultural da região e apoiando suas indústrias culturais e criativas, ao mesmo tempo em que fortalece a educação artística e o desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-Americana, especialmente em todos os assuntos relacionados à cultura digital e aos direitos de propriedade intelectual.

No que se refere às **Línguas**, a Organização de Estados Ibero-Americanos promove o multilinguismo e experiências de interculturalidade nas escolas da fronteira com os países de língua espanhola e portuguesa. Também estimula a cooperação, a promoção e a divulgação internacional nas línguas portuguesa e espanhola, além de apoiar as centenas de línguas nativas da região.

No campo dos **Direitos Humanos, Democracia e Igualdade**, a OEI desenvolve iniciativas regionais com o objetivo de apoiar processos locais e regionais para a consolidação de sociedades abertas, inclusivas e garantidoras de direitos, com o objetivo final de fortalecer a cidadania ibero-americana, a democracia e a igualdade.

Além disso, a OEI tem dois institutos:

Instituto Ibero-Americano de Formação e Aprendizagem para a Cooperação

O Instituto foi criado em 2022 para atender à demanda de formação continuada na Ibero-América com o objetivo de fortalecer as competências do futuro de forma **flexível, inovadora, inclusiva e alinhada com a Agenda 2030**. Articulado em 6 escolas de formação que respondem às áreas prioritárias e programáticas da OEI: educação, cultura, ciência, línguas, cooperação e direitos humanos, democracia e igualdade.

Instituto Ibero-Americano para a Educação e a Produtividade

Criado em 2019, é financiado pelas empresas associadas e tem como objetivo melhorar a produtividade e a competitividade na região ibero-americana por meio da educação, da ciência e da cooperação. O Instituto promove um espaço para reuniões e sinergias entre os setores empresarial e acadêmico e as principais organizações internacionais de desenvolvimento social e econômico da região que compõem seu Conselho de Administração, juntamente com renomados especialistas internacionais na área.

Finalmente, a OEI conta com o apoio de:

seu **Conselho Assessor**. Criado em 2019, é um órgão consultivo composto por trinta e seis especialistas que promovem debates sobre transformação educacional, digital e social. Funciona como uma comunidade de prática que produz conhecimento, participa de diálogos políticos e técnicos e contribui para o desenvolvimento de programas e iniciativas da OEI. Os membros são ativos em iniciativas relacionadas à educação em direitos humanos, transformação digital, sustentabilidade, liderança educacional e planos de educação de médio e longo prazo.

Parcerias estratégicas. A OEI trabalha em parceria com as administrações públicas, organizações, agências de cooperação, bancos multilaterais, instituições educacionais, atores e instituições públicas e privadas da região para alcançar o desenvolvimento pleno e inclusivo da Ibero-América. Somente por meio de um esforço conjunto as políticas públicas podem ser cumpridas e conseguir resultados efetivos e duradouros.

Vale ressaltar que na área de **Comunicação** a OEI tem um poderoso alcance de mídia e a maior presença em redes sociais na Ibero-América, tornando-a um porta-voz estratégico. Uma parte importante do valor da OEI é seu patrimônio digital em **publicações**: publica anualmente cerca de 100 documentos, revistas, relatórios, boletins temáticos, diagnósticos, guias e manuais. São mais de 1.000 títulos disponibilizados na web, com acesso gratuito e em espanhol e/ou português.

Para finalizar, é importante mencionar que, em 29 de maio de 2024, o Júri do Prêmio Princesa de Astúrias de Cooperação Internacional concedeu à organização o prêmio desse ano, destacando que “desde sua fundação, a OEI desempenhou um papel frutífero na promoção do multilateralismo ibero-americano e foi uma ponte nas relações entre a Europa e a Ibero-América”.

2. BASES DA APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registros contábeis das diversas sedes da OEI (ver Anexo I) e arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras de 2023 e 2022 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e suas interpretações (IFRIC), adotadas pela União Europeia (doravante UE-IFRS) e de acordo com as demais disposições das normas de informação financeira aplicáveis, de modo a apresentar de forma justa o patrimônio líquido, a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa obtidos e utilizados pela da OEI.

As demonstrações financeiras foram apresentadas pela primeira vez em 2007 em plena conformidade com as IFRS, aplicando a IFRS 1 "Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro".

A OEI aplica as novas IFRS emitidas pelo IASB e adotadas pela UE, bem como as emendas feitas a elas quando entram em vigor na UE, não tendo sido feitas aplicações antecipadas.

As políticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras correspondentes ao ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2023 são as mesmas seguidas para a elaboração das demonstrações financeiras de 2022.

Novas normas, emendas e interpretações emitidas

As demonstrações financeiras de 2023 foram elaboradas usando os mesmos princípios contábeis utilizados nas demonstrações financeiras de 2022, exceto a aplicação no exercício de 2023 das seguintes normas, emendas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo Comitê de Interpretações IFRS e adotadas pela União Europeia para interpretação na Europa e obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2023, as quais não tiveram um impacto significativo na organização:

Normas, emendas e interpretações adotadas pela UE	Descrição	Aplicação obrigatória para exercícios financeiros a partir de:
IFRS 17 - Contratos de seguro e emendas à IFRS 17.	Substitui a IFRS 4 e estabelece os princípios para o reconhecimento, medição, apresentação e divulgação de contratos de seguro com o objetivo de que uma entidade forneça informações relevantes e confiáveis para permitir aos usuários de informações financeiras determinarem o efeito dos contratos de seguro sobre as demonstrações financeiras.	1 de janeiro de 2023
Emenda à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.	Esclarecimentos sobre a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes.	1 de janeiro de 2023
Emenda à IAS 1 – Divulgação de políticas contábeis.	Alterações que permitem às entidades identificarem apropriadamente as informações relevantes da política contábil que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras.	1 de janeiro de 2023

Normas, emendas e interpretações adotadas pela UE	Descrição	Aplicação obrigatória para exercícios financeiros a partir de:
Emenda à IAS 8 – Definição de estimativa contábil	Alterações e esclarecimentos sobre o que deve ser entendido como uma mudança em uma estimativa contábil	1 de janeiro de 2023
Emenda à IAS 12 – Impostos diferidos decorrentes de ativos e passivos decorrentes de uma única transação.	Esclarecimentos sobre como as entidades devem registrar o imposto diferido decorrente de transações como arrendamentos e obrigações de descomissionamento.	1 de janeiro de 2023
Emenda à IFRS 17 – Contratos de Seguro. Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9. Informações comparativas.	Alterações aos requisitos de transição da IFRS 17 para seguradoras que aplicam a IFRS 17 e a IFRS 9 pela primeira vez ao mesmo tempo.	1 de janeiro de 2023

Emendas e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor

Em 31 de dezembro de 2023, as normas e interpretações mais significativas emitidas pelo IASB, mas que ainda não tinham entrado em vigor, ou porque sua data de vigência é posterior à data das Demonstrações Financeiras ou porque ainda não foram adotadas pela União Europeia, são as seguintes:

Novas emendas, alteração e interpretações emitidas	Descrição	Aplicação obrigatória para exercícios financeiros a partir de:
Alteração à IAS 1 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes.	Esclarecimentos sobre a apresentação de passivos como circulantes e não circulantes.	1 de janeiro de 2024
Alterações à IFRS 16 - Passivos de arrendamento em uma transação de venda e retro arrendamento (<i>sale and leaseback</i>)	Requisitos de divulgação para melhorar a transparência dos acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma empresa.	1 de janeiro de 2024
Alterações à IAS 1 - Passivos não circulantes com cláusulas acordadas	Alterações que melhoram as informações que uma entidade fornece quando seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses está sujeito ao cumprimento de condições acordadas.	1 de janeiro de 2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores	Emendas para exigir que uma entidade forneça divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores. Elas também incluem esses acordos como um exemplo dentro dos requisitos de divulgação de risco de liquidez da IFRS 7.	1 de janeiro de 2024
Alterações à IAS 21 - Falta de conversibilidade	Alterações que exigirão que as empresas forneçam informações mais úteis em suas demonstrações financeiras quando uma moeda não puder ser trocada por outra.	1 de janeiro de 2025

A Organização não espera que a aplicação das normas adotadas pela União Europeia e obrigatórias a partir do dia 1 de janeiro de 2024, tenham um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

Essas demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, que não foram preparadas de acordo com os requisitos legais, foram elaboradas pela Secretaria-Geral em 30 de junho de 2024 para fins de relatório financeiro e aprovação pelo Conselho Diretivo da OEI, conforme exigido pelos Estatutos da OEI.

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com as seguintes exceções:

- Terrenos e edificações incluídos em Edificações, mensurados pelo valor reavaliado (nota 5).
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo (nota 6)
- Instrumentos financeiros que consistem em instrumentos patrimoniais mantidos para negociação, que são mensurados pelo valor justo (nota 8).

b. Informações comparativas

Para fins comparativos, além dos números do exercício de 2023, as demonstrações financeiras apresentam, para cada item, os números correspondentes do exercício anterior. Não houve correções ou mudanças significativas nos critérios que tornassem necessário reformular as informações do ano anterior.

c. Estimativas contábeis significativas, pressupostos e julgamentos relevantes na aplicação das políticas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS-UE requer que a Direção faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas significativas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e que são revisados regularmente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

(i) Fontes de incertezas nas estimativas

As informações sobre pressupostos e incertezas de estimativa que têm um risco significativo de resultar em ajustes materiais no ano posterior e seguintes, estão incluídas nas notas explicativas abaixo:

Nota 8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) (ver ponto 3.g)

Nota 11. Valor presente das obrigações de benefícios definidos, principais premissas atuariais (ver ponto 3.k).

Nota 11. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: relacionados à probabilidade e magnitude de uma saída de caixa (ver 3.j)

(ii) Mensuração do valor justo

A OEI aplica a mensuração do valor justo a todos os imóveis, instalações e equipamentos e propriedades para investimento. Esta medição também é aplicável a instrumentos financeiros que consistem em instrumentos patrimoniais (ativos financeiros). A seguinte tabela mostra a hierarquia do valor justo, a técnica de avaliação e a mensuração do valor justo no final dos exercícios de 2023 e 2022.

	Hierarquia do valor justo	Técnica de avaliação	Mensuração a valor justo 31/12/2023	Mensuração a valor justo 31/12/2022
Terrenos	Nível 2	Método comparativo do mercado	2.458.435	2.457.826
Edifícios	Nível 2	Método comparativo do mercado	5.281.802	5.251.812
BENS IMOBILIÁRIOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS			7.740.237	7.709.638
Terrenos	Nível 2	Método comparativo do mercado	662.399	1.164.901
Edifícios	Nível 2	Método comparativo do mercado	2.319.677	1.620.252
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO			2.982.076	2.785.153
Instrumentos patrimoniais (Fundos de investimento imobiliário)	Nível 1	Valor de liquidação dos ativos e passivos da participação	5.321.143	4.957.534
INSTRUMENTOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			5.321.143	4.957.534

O ativo imobilizado é avaliado por avaliadores independentes pelo menos a cada três anos e as propriedades para investimento são avaliadas anualmente por avaliadores independentes. Em ambos os casos, as avaliações utilizam o método de mercado comparável, levando em conta a localização e a condição utilizando dados observáveis através de pesquisa de preços de referência.

Para a mensuração do valor justo dos instrumentos patrimoniais, constituídos por fundos de investimento, a técnica de avaliação utilizada é o valor de liquidação dos ativos e passivos das participações em que são investidos, realizada pela instituição de crédito na qual as participações são mantidas, com base no valor justo dos ativos e passivos detidos pelo fundo de investimento.

(iii) Mudanças nas estimativas

Embora as estimativas apresentadas pela Direção da OEI tenham sido calculadas com base nas melhores informações disponíveis em 31 de dezembro de 2023, é possível que eventos futuros possam exigir mudanças nessas estimativas nos próximos exercícios. O efeito nas demonstrações financeiras, se houver, decorrente de ajustes a serem feitos durante os próximos exercícios, será registrado prospectivamente.

d. Normas e interpretações adotadas antecipadamente ou outras mudanças nas políticas contábeis

Não foram aplicadas antecipadamente normas ou interpretações já adotadas pela União Europeia que serão obrigatórias nos próximos exercícios.

e. Continuidade operacional e regime de competência

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na continuidade operacional, já que não há dúvidas quanto à continuidade das atividades. As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e não com base na data de cobrança ou pagamento.

3. NORMAS DE AVALIAÇÃO

a. Transações e saldos em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em dólares americanos (USD), que é a moeda funcional e de apresentação da OEI. Os escritórios dos países têm ativos e passivos denominados na moeda local do país em que estão localizados; as taxas de câmbio oficiais utilizadas para a conversão na moeda funcional da Organização, em vigor em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são mostradas na tabela abaixo:

PAIS	MONEDA	2023	2022
ARGENTINA	Peso argentino	808,48	176,74
BOLÍVIA	Boliviano	6,86	6,86
BRASIL	Real	4,84	5,22
CHILE	Peso chileno	884,59	859,51
COLÔMBIA	Peso colombiano	3.822,05	4.810,20
COSTA RICA	Colón	519,21	594,17
CUBA	Peso cubano	120,00	-
EQUADOR	Dólar	1,00	1,00
EL SALVADOR	Dólar	1,00	1,00
ESPAÑA	Euro	0,91	0,94
GUATEMALA	Quetzal	7,83	7,85
HONDURAS	Lempira	24,65	24,60
MÉXICO	Peso mexicano	16,89	19,36
NICARÁGUA	Córdoba	36,62	36,23
PANAMÁ	Dólar	1,00	1,00
PARAGUAI	Guarani	7.278,37	7.345,93
PERU	Nuevo Sol	3,71	3,81
PORTUGAL	Euro	0,91	0,94
REP. DOMINICANA	Peso dominicano	58,26	56,41
URUGUAI	Peso uruguaio	39,04	40,07

(ii) Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional aplicando as taxas de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira nas datas em que as transações são efetuadas.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para a moeda funcional USD à taxa do fechamento do exercício, enquanto os ativos e passivos não monetários medidos ao custo histórico são convertidos às taxas de câmbio vigentes na data da transação. Para ativos não monetários mensurados pelo valor justo, a conversão foi realizada pela aplicação da taxa de câmbio na data em que o ativo foi quantificado.

Na apresentação da demonstração do fluxo de caixa, os fluxos de caixa das transações em moeda estrangeira são convertidos em dólares americanos segundo as taxas de câmbio vigentes na data da transação. O efeito da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa denominados em moedas estrangeiras é apresentado separadamente na demonstração do fluxo de caixa como "Efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa".

As mudanças surgidas na liquidação de transações em moeda estrangeira e na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira em dólares americanos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ganhos ou perdas cambiais relativas a ativos ou passivos financeiros monetários denominados em moedas estrangeiras também são reconhecidos no resultado.

b. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis da OEI, que consistem em software informático, são avaliados pelo custo de aquisição ou produção, que é o mesmo que seu valor justo. Este valor é subsequentemente ajustado para amortizações e prejuízos, se houver.

Os custos relacionados ao desenvolvimento ou manutenção de programas informáticos são reconhecidos como uma despesa quando incorridos. Os custos diretamente relacionados com a produção de softwares únicos e identificáveis pela Entidade que são considerados prováveis de gerar benefícios econômicos superiores aos custos por mais de um ano são reconhecidos como ativos intangíveis. As despesas capitalizadas compreendem a mão de obra direta e as despesas gerais diretamente atribuíveis.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados distribuindo-se o valor amortizável ao longo de sua vida útil. Os ativos intangíveis são amortizados assim que estiverem disponíveis para uso. A vida útil estimada dos softwares é de três anos, sem valor residual estimado.

c. Bens imobiliários, instalações e equipamentos

(i) Terrenos e Edificações

Entre os bens imobiliários, instalações e equipamentos incluem-se terrenos e edificações utilizados pela OEI, excluindo os arrendados a terceiros, que fazem parte das propriedades para investimento.

Os terrenos e edificações são inicialmente avaliados ao custo de aquisição. Após a avaliação inicial, os terrenos e edificações são avaliados pelo valor justo deduzido da depreciação acumulada relacionada com as edificações e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

O valor justo é determinado com base em avaliações realizadas por especialistas independentes dentro de um período não superior a três anos, para assegurar que o montante apresentado nas demonstrações financeiras não difira significativamente do valor justo dos ativos na data do fechamento.

Nos exercícios posteriores até a reavaliação, as edificações são depreciadas linearmente de 2% a 5% a cada ano.

Os aumentos no valor contábil de cada ativo imobilizado tangível, como resultado da reavaliação, são reconhecidos como outras receitas abrangentes. No entanto, o aumento é reconhecido no resultado na medida em que representa uma reversão de uma diminuição devido à desvalorização de tal ativo imobilizado. As reduções de desvalorização para cada ativo imobilizado são reconhecidas em outros resultados abrangentes até o valor de qualquer reavaliação previamente registrada para cada ativo e o excesso, se houver, é reconhecido nos resultados.

O valor das reavaliações reconhecidas em outros resultados abrangentes é transferido para reservas no momento da venda ou alienação de cada ativo.

As ampliações ou reformas envolvendo melhorias nos edifícios, que aumentam sua capacidade ou eficiência ou prolongam sua vida útil, são capitalizadas como adições ao valor das edificações e depreciadas com base na depreciação dos ativos relacionados.

Após o reconhecimento inicial, são capitalizados somente aqueles custos incorridos para melhorias que gerarão benefícios econômicos futuros que podem ser classificados como prováveis, e o montante de tais custos podem ser medido de forma confiável. A este respeito, os custos decorrentes da manutenção diária de edifícios e equipamentos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Outros ativos imobilizados

Os demais itens do ativo imobilizado que não sejam terrenos e edificações são declarados ao custo de aquisição, corrigido pela amortização acumulada e quaisquer perdas por desvalorização. O custo de aquisição inclui os custos incorridos em sua aquisição até que se tornem operacionais.

Os custos de expansão, modernização ou melhorias que levam ao aumento da produtividade, capacidade ou eficiência, ou a um prolongamento de sua vida útil, são capitalizados quando atendem aos requisitos de reconhecimento.

As despesas de conservação e manutenção são contabilizadas na conta de lucros e perdas no ano em que são incorridas.

(iii) Depreciação do ativo imobilizado

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear ao longo de sua vida útil, estimada a partir do momento em que estão prontos para uso, com exceção dos terrenos, que não são depreciados.

Os valores residuais, o método de depreciação e a vida útil estimada são revisados e ajustados a cada data de balanço, se necessário. O efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os detalhes dos anos em que seu custo é distribuído por itens, vida útil, são mostrados abaixo:

Item	Anos
Edificações:	
Edifícios	Entre 20 e 50 anos
Componentes em edifícios	Entre 10 e 20 anos
Mobiliário e equipamentos de escritório	10 anos
Equipamentos de transporte	6 anos
Equipamentos de informática e comunicação	Entre 3 e 10 anos

Os valores residuais foram estimados como sendo nulos.

A OEI avalia e determina perdas e reversões de perdas por desvalorização (*impairment*) no ativo imobilizado de acordo com os critérios mencionados na seção f. desta nota explicativa.

d. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento mantidas pela OEI consistem em imóveis arrendados e títulos de investimento imobiliários. A propriedade para investimento é inicialmente reconhecida pelo custo, incluindo os custos de transação, e posteriormente reavaliada pelo valor justo.

O valor justo é determinado com base em avaliações realizadas por especialistas independentes no final de cada exercício, para garantir que o valor apresentado nas demonstrações financeiras não difira significativamente do valor justo dos ativos na data de fechamento.

Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo são registrados nos resultados e contabilizados na rubrica outras receitas e outras despesas.

A OEI reclassifica um ativo do imobilizado para o investimento imobiliário quando este deixa de ser usado na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, e é destinado a obter rendas, valorização do capital ou ambas.

Caso uma propriedade para investimento deixe de ser arrendadas e seja utilizada para a prestação de serviços, será reclassificada para o imobilizado; se apenas parte dela for utilizada, a reclassificação será feita pela OEI para sua atividade e para seus escritórios administrativos.

As rendas provenientes do arrendamento são registradas seguindo o exposto na nota explicativa 3.e.

e. Ativos de direito de uso

A OEI avalia no início de um contrato se este contém um arrendamento. O contrato é, ou

contém, um arrendamento se transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O período pelo qual a OEI utiliza um ativo inclui períodos consecutivos e não consecutivos. A OEI só reavalia os termos e condições quando há uma mudança no contrato.

A Entidade classifica como arrendamentos financeiros os contratos que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros são classificados como arrendamentos operacionais.

A OEI não possui nenhum arrendamento financeiro, nem como arrendador nem como arrendatário. Tem arrendamentos operacionais tanto como arrendador quanto como arrendatário (nota 7).

(i) Arrendamentos operacionais: Arrendador

Os ativos arrendados a terceiros sob contrato de arrendamento operacional são apresentados de acordo com a natureza dos ativos, aplicando os mesmos critérios contábeis que os desenvolvidos no ponto d.

As receitas e despesas oriundas dos arrendamentos operacionais são reconhecidas pelo método linear durante o prazo de arrendamento em questão, e os valores são levados à conta de lucros e perdas.

Os pagamentos contingentes de arrendamento são reconhecidos como receita no período no qual o evento ou as condições acordadas no contrato ocorrem.

As propriedades para investimento mantidas pela Entidade são arrendamentos operacionais de imóveis nos quais a OEI é o arrendador.

(ii) Arrendamentos operacionais: Arrendatário

Os arrendatários são obrigados a reconhecer inicialmente um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos a serem feitos durante o prazo do contrato, descontados aplicando-se a taxa de juros incremental apropriada, a menos que a taxa incremental implícita do arrendador possa ser determinada de forma confiável.

O ativo de direito de uso compreende, se aplicável: o valor inicial do passivo do arrendamento, os pagamentos do arrendamento feitos antes da data de início menos os incentivos recebidos, os custos diretos iniciais incorridos e os custos estimados de desmontagem, remoção ou restauração de itens do ativo imobilizado.

A taxa de juros incremental aplicada aos contratos das diferentes sedes onde os arrendamentos são mantidos sujeitos ao reconhecimento como direitos de uso foi a seguinte:

	Taxa de Juros Incremental
Bolívia	5,75%

	Taxa de Juros Incremental
Brasil	5,75%
Colômbia	5,75%
Costa Rica	5,25%
Equador	9,43%
México	8,65%
Panamá	3,20%
Peru	3,25%
Rep. Dominicana	3,00%
Uruguai	10,32%

Na próxima reavaliação, os arrendatários aumentarão o passivo do arrendamento para refletir os juros acumulados e reduzi-lo à medida que os pagamentos forem feitos e reavaliarão o valor contábil para alterações ou atualizações do arrendamento. O direito de uso do ativo é contabilizado em conformidade com os requisitos da IFRS 16, usando o método de custo e é ajustado para reavaliar o passivo.

Perdas por desvalorização

As perdas por desvalorização são reconhecidas sempre que o valor contábil do ativo, ou da unidade geradora de caixa relacionada, exceder o valor recuperável do bem. Uma perda por desvalorização é reconhecida como uma despesa na demonstração do resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. O valor em uso é determinado pelo valor atual dos fluxos de caixa estimados, aplicando uma taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo em questão. Para ativos que não geram fluxos de caixa, o valor recuperável é calculado com base na unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence, que é considerado como o menor grupo identificável de ativos que pode gerar fluxos de caixa para a Entidade, que são independentes dos fluxos de caixa de outros grupos de ativos.

As perdas por desvalorização reconhecidas em exercícios anteriores são revertidas através de lucros ou perdas somente se houver mudança nas estimativas utilizadas no cálculo do valor recuperável do ativo desde que a última perda por desvalorização foi reconhecida. Entretanto, o novo valor contábil resultante não deve exceder o valor contábil (líquido da depreciação) que teria sido determinado se a perda por desvalorização não tivesse sido reconhecida.

(i) Perdas por desvalorização de outros ativos

A OEI avalia a existência de indícios de potencial desvalorização de ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, a fim de verificar se o valor contábil dos ativos excede seu valor recuperável.

f. Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento patrimonial, de acordo com a essência do acordo contratual e as definições do IFRS 9.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a OEI se torna parte das disposições do contrato ou da transação legal dos instrumentos.

Para fins de avaliação, os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação (ativos financeiros que consistem em instrumentos patrimoniais), empréstimos e outros recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e contas a pagar. A classificação nas categorias é efetuada atendendo às características do instrumento e às intenções da OEI no momento de seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são classificados na categoria de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, separando aqueles inicialmente designados mantidos para negociação ou obrigatoriamente mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, separando os instrumentos de capital próprio designados como tais de outros ativos financeiros. Ativos financeiros diferentes daqueles designados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados de acordo com o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

A OEI classifica os passivos financeiros como mensurados pelo custo amortizado, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado e aqueles mantidos para negociação.

A OEI classifica um ativo financeiro ou passivo financeiro como mensurados pelo valor justo por meio de resultados se:

- For adquirido ou incorrido principalmente com a intenção de vendê-lo ou recomprá-lo em futuro próximo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão recente de obtenção de lucros a curto prazo;
- For um derivativo, exceto derivativos que sejam um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo ou.
- For uma obrigação para entregar ativos financeiros que tomou por empréstimo e que ainda não os possui.

A OEI classifica um ativo financeiro a custo amortizado se for mantido dentro um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (UPPI).

(ii) Contas de compensação

Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados somente quando a OEI tiver um direito legalmente exigível de compensar os valores reconhecidos e tiver a intenção de liquidar em base líquida, ou de realizar o ativo, e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos ou passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são aqueles que são classificados como mantidos para negociação ou que foram assim designados no reconhecimento inicial. A OEI possui apenas ativos mantidos para negociação sob esta categoria.

Um ativo é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido ou incorrido principalmente com a intenção de vendê-lo ou comprá-lo em futuro próximo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à compra ou emissão são reconhecidos como uma despesa quando incorridos.

Após o reconhecimento inicial, eles são reconhecidos pelo valor justo com as variações registradas em lucros ou prejuízos. O valor justo não é reduzido pelos custos de transação que possam incorrer por venda ou alienação.

As compras e vendas de ativos financeiros mantidos para negociação são contabilizadas com base na data de liquidação.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, diferentes daqueles classificados em outras categorias de ativos financeiros. Estes ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, incluindo os custos de transação incorridos, e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

(v) Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos que a OEI tem a intenção efetiva e a capacidade para mantê-los até o vencimento, que não aqueles classificados em outras categorias. Os critérios de mensuração aplicáveis aos instrumentos financeiros classificados nesta categoria são os mesmos que os aplicáveis aos empréstimos e contas a receber.

(vi) Investimentos financeiros por meio de outros resultados outro abrangentes (patrimônio)

A OEI não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(vii) Perda por redução no valor recuperável e irrecuperabilidade de ativos financeiros

- Redução no valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O valor da perda por redução no valor recuperável dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é a diferença entre o valor contábil do ativo financeiro e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo perdas de crédito futuras em que se não tenha incorrido, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo. Para ativos financeiros com taxa flutuante, é utilizada a taxa de juros efetiva na data da avaliação, de acordo com os termos contratuais.

Se o ativo financeiro estiver garantido, o cálculo da desvalorização será determinado pelo valor atual dos fluxos de caixa resultantes da execução, valor líquido de despesa de execução e de venda, descontados à taxa de juros efetiva original.

A OEI reconhece a perda por redução no valor recuperável, a irrecuperabilidade de empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida por meio de uma conta de provisão para ativos financeiros. Uma vez que a perda por redução no valor recuperável e irrecuperabilidade são consideradas irreversíveis, ambas são anuladas.

A perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado e é reversível em períodos posteriores se a desvalorização puder ser objetivamente relacionada a um evento que ocorra após seu reconhecimento. No entanto, a reversão da perda é limitada ao custo amortizado que os ativos teriam se a perda por desvalorização não tivesse sido reconhecida. A reversão da perda é reconhecida como o valor da conta de ajuste.

- Desvalorização de ativos financeiros mensurados ao custo

Para ativos mensurados custo, o valor da perda por desvalorização é a diferença entre o valor contábil do ativo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno atual de mercado para ativos financeiros similares. Essas perdas não são reversíveis porque são reconhecidas diretamente contra o valor do ativo e não como uma conta de ajuste.

(viii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo contas a pagar e outras obrigações, são inicialmente mensurados pelo valor justo, considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juros de mercado de dívidas ou emissões similares.

Quando a taxa de juros de mercado difere daquela acordada no financiamento; se for menor, a perda é reconhecida; se for maior, uma subvenção é reconhecida para a obrigação de juros, a diferença entre o valor presente descontado à taxa de juros de mercado e o valor presente descontado aos juros nominais, e é mostrada como um componente da rubrica " Receita Diferida" do balanço patrimonial. As despesas financeiras são incorporadas anualmente na conta de lucros e perdas, aplicando a taxa de juros efetiva calculada de acordo com o valor de mercado de dívidas similares no momento em que foram obtidas, e da mesma forma os juros subsidiados também são incorporados à conta de lucros e perdas.

g. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos à vista em instituições bancárias e outras aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, desde que sejam facilmente conversíveis em valores conhecidos de caixa e estejam sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor.

Para estes fins, estão incluídas as aplicações financeiras com vencimentos inferiores a três meses a partir da data de aquisição.

A Entidade classifica os fluxos de caixa correspondentes aos juros recebidos e pagos como fluxos de caixa operacionais, os dividendos recebidos como fluxos de caixa de investimento e os dividendos pagos como fluxos de caixa de financiamento.

h. Ativos não circulantes mantidos para venda

Uma entidade classifica um ativo como mantido para venda se seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de uma transação de venda, e não por meio de seu uso contínuo, e se o ativo for mantido disponível para venda imediata em sua condição atual.

A Entidade deve mensurar tais ativos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

i. Subvenções

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança de que as condições relacionadas à sua concessão serão cumpridas e de que elas serão recebidas.

(i) Subvenções e contribuições patrimoniais

As subvenções e as contribuições patrimoniais concedidas na forma de ativos monetários são reconhecidas no ativo imobilizado no balanço patrimonial e são reconhecidas na rubrica "Outras Receitas" na demonstração de resultados à medida que os ativos financeiros relacionados são depreciados.

Se o ativo financiado pela subvenção não for depreciado, ele será contabilizado no resultado no momento em que o ativo for desreconhecido ou vendido.

(ii) Bonificações de juros

Os passivos financeiros que incorporam subvenções implícitas na forma de aplicação de taxas de juros abaixo do mercado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. A diferença entre esse valor, ajustado quando apropriado para os custos de emissão do passivo financeiro e o montante recebido, é reconhecida como subvenção governamental com base na natureza da concessão.

(iii) Acordos

Os valores recebidos para a implementação dos programas de ação da OEI são mostrados no passivo do balanço patrimonial em contas comerciais a pagar de curto ou longo prazo, de acordo com seu vencimento. São transferidos para o resultado na proporção em que os programas subvencionados são implementados.

j. Provisões de passivo

As provisões constituídas na OEI estimam a probabilidade de pagamentos futuros para eventos para os quais o montante exato ou vencimento não é conhecido no encerramento do exercício.

A OEI está provisionando as seguintes obrigações:

(i) Provisões para a remuneração do pessoal a longo prazo

- Bônus por tempo de serviço

Cobrem a remuneração pós-emprego, por rescisão das relações de trabalho naquelas jurisdições onde a legislação trabalhista exige o pagamento de valores baseados no tempo de serviço do empregado no momento da rescisão, seja por demissão ou demissão voluntária: adicional por tempo de serviço, férias, indenizações por rescisão, indenizações por demissão no sentido estrito do termo. São mensurados no valor atual acumulado dos benefícios futuros.

As obrigações reconhecidas por tais benefícios na demonstração da posição financeira correspondem ao valor atual das obrigações assumidas na data do fechamento.

O valor atual dessas obrigações existentes no fechamento do exercício e o custo dos serviços prestados são calculados anualmente por atuários independentes, de acordo com o método de crédito unitário projetado. A taxa de desconto é determinada por referência ao rendimento de mercado para títulos corporativos e obrigações empresariais de alta qualidade, expressos na moeda em que os benefícios serão pagos e com prazos de vencimento similares aos dos benefícios relacionados.

- Provisão para aposentadorias

Cobrem os compromissos de aposentadoria, viuvez e orfandade dos funcionários públicos e empregados que prestavam seus serviços na sede da Espanha antes de 1995, data em que aderiram ao Regime Geral da Seguridade Social, e incluem o compromisso adquirido para complementar as futuras aposentadorias previdenciárias nos valores que teriam correspondido aos trabalhadores se eles tivessem contribuído desde o início de seus serviços para a OEI até 60% da base do último ano trabalhado, para o qual foi reconhecida uma provisão para cobrir o valor atual das futuras aposentadorias daqueles já aposentados e dos trabalhadores ativos com direito a receber este tipo de remuneração no futuro.

O compromisso é avaliado pelo valor atual das futuras aposentadorias. O cálculo distingue o valor atual das aposentadorias diretas, bem como o valor atual das pensões de viuvez procedentes de aposentadoria, para o qual foram utilizados cálculos atuariais para cada uma das idades dos aposentados. Isto foi calculado com base em avaliações realizadas por especialistas independentes durante períodos não superiores a quatro anos, para garantir que o valor apresentado nas demonstrações financeiras não difira significativamente do valor atual das provisões na data do fechamento (ver nota 10).

O valor atual para pensionistas viúvos, casados com funcionários ou ex-funcionários da OEI, da pensão resultante do falecimento do titular e, portanto, reversível ao viúvo/à viúva é de 50% da aposentadoria anterior do aposentado.

As mudanças devidas a hipóteses atuariais são registradas no Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2011, sua avaliação foi atualizada para a avaliação realizada por uma seguradora que, após um cálculo atuarial, estimou o valor que deveria ser pago pela terceirização do compromisso; este cálculo avaliou as pensões estabelecidas em euros e em dólares.

Em maio de 2012, a OEI assinou com a seguradora a terceirização das pensões de seus passivos e ativos em euros, de modo que a parte não coberta pelo seguro contratado fosse incluída como uma obrigação atual. O valor pago pela terceirização foi de 2.754.192 euros (3.508.301 dólares).

As provisões previdenciárias que não foram terceirizadas em dólares americanos são avaliadas por um atuário estimado em 31 de dezembro de 2023, sob as seguintes hipóteses atuariais:

- a. Aumento do benefício: em conformidade com a O.I. nº 07/01, em janeiro de cada ano, o benefício anual é atualizado de acordo com o índice de inflação anual dos Estados Unidos da América, correspondente ao mês de dezembro do ano imediatamente anterior.
 - b. Aumento estimado do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) dos Estados Unidos: com base nos dados publicados pelo United States Department Labor e no contexto econômico atual, foi considerado prudente estabelecer um aumento anual de 3% para este índice.
 - c. Taxa técnica de juros: a Direção-Geral de Seguros e Fundos de Pensão da Espanha, em sua resolução de 9 de janeiro de 2024, publicou que a taxa máxima de juros a ser utilizada nos planos de pensão com relação às contingências nas quais o benefício é definido e para as quais é garantida uma taxa de juros mínima ou determinada exclusivamente na capitalização das contribuições, se forem expressas em euros. Para o exercício de 2024, este tipo de juros é de 3,64%. No entanto, levando em consideração que o fundo é provisionado em dólares, dado que o nível das taxas de juros nos diferentes vencimentos é maior nos EUA do que na Europa, e a diferença entre a taxa de juros nominal e a taxa de inflação, foi considerado apropriado usar uma taxa de juros de 4,5% para a avaliação.
- Provisão para rescisão

Os benefícios de rescisão pagos ou a pagar que não estejam relacionados a processos de reestruturação em andamento são reconhecidos quando a OEI está comprometida de forma demonstrável a terminar o vínculo empregatício antes da data normal da aposentadoria, ou seja, quando tem um plano formal detalhado, sem nenhuma possibilidade realista de retirar ou modificar as decisões tomadas.

- Provisão para demissões e indenizações

São reconhecidas as estimativas de pagamentos a serem efetuados para demissões ou indenizações de funcionários.

No escritório do México, foram feitas provisões para pagamentos de indenizações no valor de 68 mil dólares para a probabilidade de pagamentos futuros; a estimativa foi baseada em cálculos atuariais de um especialista independente, usando o método de "crédito de unidade projetada", com as seguintes hipóteses atuariais:

- Taxa de desconto 8,90 %
- Taxa de carreira salarial 5,8%
- Salários mínimos a 4%
- Tábua de mortalidade: com base nas tabelas do México 2000.

(ii) Provisões para litígios em andamento e outras obrigações

A OEI reconhece como passivo o valor atual do montante estimado que será necessário pagar na conclusão do litígio. O saldo da provisão para litígio cobre demandas interpostas contra a OEI por certos empregados e clientes. Espera-se que as demandas sejam liquidadas nos próximos exercícios financeiros e, de acordo com o parecer do Secretário-Geral, após o assessoramento jurídico correspondente. Não se espera que o resultado dessas demandas seja materialmente diferente dos montantes previstos em 31 de dezembro de 2023.

(iii) Outras provisões

A OEI estabeleceu certas provisões para os montantes dos acordos finalizados no final do exercício, mas não totalmente executados, devido à probabilidade de que sejam reclamados pelos financiadores conforme os contratos assinados entre as partes.

k. Classificação de ativos e passivos em circulantes e não circulantes

A OEI apresenta a situação financeira classificando os ativos e passivos como circulantes e não circulantes. Para estes fins, os ativos ou passivos são considerados circulantes quando se espera que sejam liquidados, realizados, vendidos ou consumidos no ciclo operacional normal da OEI, que sejam mantidos principalmente para fins de negociação e sejam realizados ou liquidados dentro de doze meses posteriores à data do fechamento. Também se são caixa ou equivalentes de caixa.

l. Imposto de renda

A OEI está isenta do imposto de renda em todos os países em que opera.

m. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas na apuração do resultado pelo regime de competência, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem, e não quando há recebimento ou pagamento de caixa ou equivalentes de caixa, e são reconhecidos nos períodos aos quais se referem.

As receitas da OEI são classificadas como (ver nota 16a):

- Contribuições obrigatórias
- Serviços diversos
- Contribuições e subvenções
- Receitas provenientes de acordos/convênios
- Subvenções ajustadas ao resultado
- Outras receitas

As receitas das contribuições obrigatórias são reconhecidas como um ativo quando o direito de cobrança tiver sido gerado conforme estabelecido nos acordos assinados com as entidades contribuintes.

As receitas decorrentes de acordos pendentes de execução são demonstradas como passivo pela parte não executada, desde que haja a obrigação de devolver o que não foi executado.

Os valores das receitas provenientes de acordos de administração e gestão de projetos são reconhecidos no resultado e acumulados à medida que os projetos são executados.

As despesas são classificadas como despesas estruturais, que correspondem a despesas incorridas pela OEI para seu funcionamento, e despesas para a execução de acordos, que incluem a execução de programas e projetos realizados pela Entidade em conformidade com seu objeto e finalidade (ver nota 16b).

n. Método de consolidação das diferentes sedes da OEI

Estas demonstrações financeiras individuais foram elaboradas pela consolidação integral de todos os ativos, passivos, despesas e receitas dos escritórios individuais e da sede da OEI, eliminando os saldos das contas que representam transações entre elas. Especificamente, foram eliminadas as seguintes rubricas:

- Contas a receber e a pagar entre os Escritórios, incluindo a Secretaria-Geral, que nas informações do Anexo I são apresentadas no ativo circulante se seu saldo é devedor, e no passivo circulante se seu saldo é credor.
- Despesas e receitas reconhecidas nos Escritórios e na Secretaria-Geral para serviços e receitas dentro da OEI.
- A conta do passivo circulante que reflete o Fundo de Apoio e Solidariedade, criada pela OEI na Sede para financiar os Escritórios que precisem, é financiada por contribuições dos escritórios e da Sede em função dos resultados do exercício financeiro anterior. Todos os Escritórios e a Sede, quando contribuem para o fundo, registram-no como redução do patrimônio líquido. Depois, a Secretaria-Geral reconhece todas as contribuições como um passivo que reflete o compromisso de financiar a organização internamente, fazendo alocações deste fundo para apoiar as atividades daqueles Escritórios que precisam. Estes reconhecem o montante recebido como um passivo circulante que vão cancelando à medida que as atividades apoiadas são realizadas, enquanto registram as despesas incorridas e as receitas internas provenientes do cancelamento da alocação recebida. No processo de consolidação, tanto o passivo do Fundo de Apoio da Sede quanto o passivo dos escritórios executores são eliminados, ao mesmo tempo que as receitas internas registradas pelas execuções são eliminadas do resultado.
- Os Escritórios que recebem valores do Fundo de Apoio registram seu recebimento como um passivo que é eliminado na consolidação.
- Os ativos e passivos de empréstimos entre escritórios são eliminados, assim como suas despesas e receitas financeiras.
- Os fluxos de caixa entre escritórios, incluindo a Secretaria-Geral, são eliminados na Declaração de Fluxos de Caixa.

A consolidação inclui todos os Escritórios, incluindo a Secretaria-Geral, operacionais e abertos da OEI nos países mencionados na nota 1.

o. Meio Ambiente

A OEI não fez nenhum investimento, não recebeu nenhuma subvenção nem incorreu em nenhuma despesa para atividades relacionadas à proteção ambiental durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A OEI considera que não há contingências ambientais que precisem ser cobertas por uma provisão.

p. Mudanças nas políticas contábeis, nas estimativas e retificação de erros*(i) Mudanças nas políticas contábeis*

As mudanças nas políticas contábeis envolvem a aplicação retroativa da mudança desde o período mais antigo para o qual a informação está disponível. A receita ou despesa decorrente de tal aplicação é aplicada ao patrimônio líquido, em lucros acumulados, a menos que afete outro item de receita e despesa que tenha sido levado a outro item de patrimônio líquido. Os ativos e passivos afetados pela mudança na política contábil refletem o efeito cumulativo da mudança na política contábil. Durante o exercício financeiro de 2023, não houve mudanças significativas nas políticas contábeis em comparação com as políticas aplicadas no exercício de 2022.

(ii) Mudanças nas estimativas contábeis

São ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, ou nos valores de consumo futuro de um ativo, resultantes de informações adicionais, experiências ou de fatos novos. O efeito da mudança é reconhecido, dependendo da natureza da transação, como receita ou despesa na conta de lucros e perdas ou, quando apropriado, diretamente no patrimônio líquido.

Durante o exercício financeiro de 2023, não houve mudanças significativas nas estimativas contábeis em comparação com as estimativas aplicadas no exercício de 2022.

(iii) Retificação de erros

Correspondem as omissões ou incorreções nas demonstrações financeiras de períodos anteriores, como resultado do não uso ou uso inadequado de informações confiáveis que estavam disponíveis quando foram formuladas e que a OEI não levou em consideração.

Os efeitos da retificação de erros materiais são reconhecidos no patrimônio se afetarem o período anterior ou períodos anteriores incluídos nas demonstrações financeiras.

Durante o exercício financeiro de 2023, não houve retificação nos erros materiais em comparação com os erros aplicados no exercício de 2022.

4. INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis consistem em softwares. Os detalhes de sua composição e movimento em 2023 e 2022 são mostrados nas seguintes tabelas:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2023
Softwares	357.276	3.878	-	-	361.154

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2023
SUBTOTAL	357.276	3.878	-	-	361.154
Amortização	(349.835)	(3.300)	-	-	(353.135)
SUBTOTAL	(349.835)	(3.300)	-	-	(353.135)
Subvenções para software	(510)	-	-	-	(510)
SUBTOTAL	(510)	-	-	-	(510)
TOTAL INTANGÍVEIS	6.931	578	-	-	7.509

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2022
Softwares	348.479	9.023	(226)	-	357.276
Software em andamento	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	348.479	9.023	(226)	-	357.276
Amortização	(342.434)	(7.627)	226	-	(349.835)
SUBTOTAL	(342.434)	(7.627)	226	-	(349.835)
Subvenções para software	(510)	-	-	-	(510)
SUBTOTAL	(510)	-	-	-	(510)
TOTAL INTANGÍVEIS	5.535	1.396	-	-	6.931

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o software tinha sido totalmente amortizado com custos de aquisição de USD 280.963 e de USD 248.647, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a OEI não tinha compromissos de aquisição de ativos intangíveis, nenhuma restrição à sua propriedade e nenhum interesse de segurança sobre estes ativos.

5. BENS IMOBILIÁRIOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A composição e o movimento nos exercícios de 2023 e 2022 das rubricas que compreendem "Bens imobiliários, instalações e equipamentos" no balanço patrimonial e a depreciação acumulada correspondente estão detalhados na tabela a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Reavalia- ções	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	2.457.826	-	-	-	609	2.458.435
Edifícios e construções	5.251.812	29.524	-	-	466	5.281.802
Móveis, utensílios e equipamentos de escritório	2.422.235	68.301	(21.025)	-	-	2.469.511
Equipamentos de informática e comunicação	1.545.227	218.786	(69.250)	-	-	1.694.763
Veículos	596.973	307.187	(171.489)	-	-	732.671
Arte e propriedade cultural	71.401	-	-	-	-	71.401
SUBTOTAL	12.345.474	623.798	(261.764)	-	1.075	12.708.583

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Reavalia- ções	Saldo em 31/12/2023
Depreciação acumulada de edifícios e construções	(246.999)	(246.628)	-	-	-	(493.627)
Depreciação acumulada do equipamento de escritório	(1.920.372)	(165.267)	16.052	-	-	(2.069.587)
Depreciação acumulada de computadores e equipamentos de comunicação	(1.080.840)	(198.889)	45.778	-	-	(1.233.951)
Depreciação acumulada de veículos	(400.145)	(85.517)	169.645	-	-	(316.017)
SUBTOTAL	(3.648.356)	(696.301)	231.475	-	-	(4.113.182)
Subvenções para edifícios	-	-	-	-	-	-
Subvenções para equipamentos de escritório	(163.283)	-	10.127	-	-	(153.156)
Subvenções para informática e comunicações	(70.589)	(6.607)	15.303	-	-	(61.893)
Subvenções para veículos	(41.193)	(15.717)	23.252	-	-	(33.658)
SUBTOTAL	(275.065)	(22.324)	48.682	-	-	(248.707)
Imobilizado em andamento e adiantamentos	753	-	-	-	-	753
TOTAL BENS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	8.422.806	(94.828)	18.393	-	1.075	8.347.445

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Reavalia- ções	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	2.457.826	-	-	-	-	2.457.826
Edifícios e construções	5.208.847	42.965	-	-	-	5.251.812
Móveis, utensílios e equipamentos de escritório	2.402.461	91.050	(71.276)	-	-	2.422.235
Equipamentos de informática e comunicação	1.577.558	374.967	(407.298)	-	-	1.545.227
Veículos	596.973	-	-	-	-	596.973
Arte e propriedade cultural	71.401	-	-	-	-	71.401
SUBTOTAL	12.315.066	508.982	(478.574)	-	-	12.345.474
Depreciação acumulada de edifícios e construções	-	(246.999)	-	-	-	(246.999)
Depreciação acumulada do equipamento de escritório	(1.816.340)	(171.037)	67.005	-	-	(1.920.372)
Depreciação acumulada de computadores e equipamentos de comunicação	(1.279.854)	(166.690)	365.704	-	-	(1.080.840)
Depreciação acumulada de veículos	(330.258)	(69.887)	-	-	-	(400.145)
SUBTOTAL	(3.426.452)	(654.613)	432.709	-	-	(3.648.356)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Reavalia- ções	Saldo em 31/12/2022
Subvenções para edifícios	(135.944)	(37.133)	9.794	-	-	(163.283)
Subvenções para equipamentos de escritório	(42.795)	(41.896)	14.102	-	-	(70.589)
Subvenções para informática e comunicações	(89.534)	(12.142)	60.483	-	-	(41.193)
Subvenções para veículos	0	-	-	-	-	0
SUBTOTAL	(268.273)	(91.171)	84.379	-	-	(275.065)
Imobilizado em andamento e adiantamentos	753	-	-	-	-	753
TOTAL BENS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	8.621.094	(236.802)	38.514	-	-	8.422.806

Os edifícios, mensurados ao valor justo conforme descrito na nota 3, teriam o valor mostrado na tabela abaixo se tivessem sido mensurados ao custo de aquisição:

2023	Custo de aquisição	Depreciação acumulada em 31/12/2022	TOTAL
Terrenos	2.542.225	-	2.542.225
Edificações	7.938.593	(2.927.009)	5.011.584
TOTAIS	10.480.818	(2.957.009)	7.553.809

2022	Custo de aquisição	Depreciação acumulada em 31/12/2022	TOTAL
Terrenos	2.542.225	-	2.542.225
Edificações	7.938.593	(2.671.178)	5.267.415
TOTAIS	10.480.818	(2.671.178)	7.809.640

A amortização dos ativos intangíveis e do ativo imobilizado é apresentada na conta de lucros e perdas na rubrica "Despesas de depreciação e de amortização".

As adições de bens, instalações e equipamentos ocorridas em 2023 e 2022 são aquisições de móveis diversos, equipamentos de escritório, veículos e aquisição de equipamentos de informática e comunicação, tais como telefonia.

As diminuições de bens, instalações e equipamentos são baixas produzidas em 2023 e 2022, devido principalmente à renovação de equipamentos de informática, equipamentos de comunicação e veículos.

No exercício de 2023 e 2022, não foi atualizado o valor dos edifícios e terrenos, já que não houve mudanças significativas nas condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a OEI tinha depreciado totalmente os bens imobiliários, instalações e equipamentos da seguinte forma:

	2023	2022
Móveis e equipamentos de escritório	1.070.446	828.578
Equipamentos de informática e comunicação	1.054.439	796.693
Veículos	85.169	127.834
BENS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS TOTALMENTE DEPRECIADOS	2.210.054	1.753.105

Mudanças nas estimativas

Nos exercícios financeiros de 2023 e 2022 não houve mudanças nas vidas úteis estimadas.

Garantias

A OEI não tem nenhuma garantia sobre seus bens, instalações e equipamentos e os riscos que podem surgir deles são cobertos por apólices de seguro.

Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a OEI não tem compromissos firmados para a aquisição de bens do ativo imobilizado.

Itens do imobilizado não afetos à exploração

A OEI não possui itens de bens, instalações e equipamentos não afetos à exploração ou fora de uso.

6. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A Entidade possui, como proprietária, edifícios sobre os quais constituiu arrendamentos operacionais. O movimento nos exercícios de 2023 e 2022 e seus rendimentos são mostrados na seguinte tabela:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Reavaliações	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	1.164.901	-	-	-	(502.502)	662.399
Edifícios e Construções	1.620.252	-	-	-	699.425	2.319.677
TOTAL INV. IMOBILIÁRIOS	2.785.153	-	-	-	196.923	2.982.076

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Transfe- rências	Reavaliações	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	6.696.210	-	(5.578.157)	-	46.848	1.164.901
Edifícios e Construções	4.850.290	-	(3.271.843)	-	41.805	1.620.252
TOTAL INV. IMOBILIÁRIOS	11.546.500	-	(8.850.000)	-	88.653	2.785.153

Os rendimentos das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ascendem a US\$ 117.995 e US\$ 112.312, respectivamente.

A seguinte tabela detalha o valor que a propriedade para investimento teria em 31 de dezembro de cada ano se o método de custo de aquisição tivesse sido utilizado:

2023	Custo de aquisição	Depreciação acumulada em 31/12/2023	TOTAL
Terrenos	1.457.097	-	1.457.097
Construções	3.969.398	(1.722.546)	2.246.852
TOTAIS	5.426.495	1.722.546	3.703.949

2022	Custo de aquisição	Depreciação acumulada em 31/12/2022	TOTAL
Terrenos	1.457.097	-	1.457.097
Construções	3.969.398	(1.518.436)	2.450.962
TOTAIS	5.426.495	(1.518.436)	3.908.060

Durante 2023, foram incorridas despesas com reparos e manutenção de US\$ 22.900 totais nos investimentos no escritório da Argentina e Colômbia. Em 2022, os custos de reparos e manutenção de investimentos foram incorridos apenas no escritório da Argentina, totalizando US\$ 15.835. Não há restrições quanto à realização desses investimentos, nem obrigações contratuais para a aquisição, construção ou desenvolvimento da propriedade para investimento.

As alterações no valor em 2022 e 2023 devem-se à mudança no valor da propriedade para investimento localizada na Argentina e Colômbia. A redução em 2022 se deve à venda da propriedade no Peru em fevereiro de 2022 por US\$ 8.850.000.

As mudanças no valor justo das propriedades para investimento tanto para 2023 como para 2022 são detalhadas a seguir:

	Mudanças no valor justo 2023	Mudanças no valor justo 2022
Argentina	110.437	113.588
Colômbia	86.486	(24.935)
TOTAL	196.923	88.653

A mudança no valor justo é incluída nas despesas estruturais na rubrica "Outras receitas" na demonstração do resultado.

7. ARRENDAMENTOS

A OEI não tem arrendamentos financeiros, apenas possui arrendamentos operacionais tanto como arrendador quanto como arrendatário.

a. Arrendador

A OEI tem imóveis arrendados registrados em propriedades para investimento (ver nota 6).

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os contratos celebrados nos quais a OEI é o arrendador, para os próximos anos são previstos os seguintes arrendamentos a receber:

	Em um ano	Em dois anos	Em três anos	Em quatro anos	Em cinco anos	Em mais de cinco anos
Arrendamentos a receber	61.789	33.789	33.789	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com os contratos celebrados nos quais a OEI é o arrendador, para os próximos anos são previstos os seguintes arrendamentos a receber:

	Em um ano	Em dois anos	Em três anos	Em quatro anos	Em cinco anos	Em mais de cinco anos
Arrendamentos a receber	110.848	54.848	26.848	26.848	-	-

b. Arrendatário

Como arrendatário, a organização reconheceu o direito de uso dos ativos e a dívida para pagamentos futuros para aqueles contratos em que o valor do ativo subjacente é significativo e que devem ser mantidos por mais de um ano. Estes contratos correspondem aos aluguéis dos imóveis onde se localizam alguns dos escritórios da organização. O resto dos arrendamentos se refere a equipamentos de escritório e são reconhecidos em lucros ou perdas pelo método linear. As despesas reconhecidas são as seguintes:

	2023		2022	
	Imóvel alugado	Equipamentos de escritório	Imóvel alugado	Equipamentos de escritório
Depreciação de ativos de direito de uso	297.389	-	282.217	-
Despesas com juros sobre as obrigações de arrendamento	53.139	-	39.409	-
Despesas com arrendamento	-	47.439	-	26.320
DESPESA TOTAL COM ARRENDAMENTO PARA O EXERCÍCIO	350.528	47.439	321.626	26.320

O detalhe e o movimento dos ativos de direito de uso são os seguintes:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2023
Ativos sob direito de uso de imóveis para escritórios	1.710.791	79.894	(90.098)	1.700.586
Depreciação acumulada do direito de uso dos bens em arrendamento	(881.521)	(297.389)	47.440	(1.131.470)
TOTAL ATIVOS DE DIREITO DE USO	829.270	(217.495)	(42.659)	569.116

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2022
Ativos sob direito de uso de imóveis para escritórios	1.547.329	218.952	(55.490)	1.710.791
Depreciação acumulada do direito de uso dos bens em arrendamento	(654.794)	(282.217)	55.490	(881.521)
TOTAL ATIVOS DE DIREITO DE USO	892.535	(63.265)	-	829.270

O passivo gerado por futuros pagamentos dos contratos de arrendamento tem o seguinte movimento:

Imóvel alugado para escritórios:	2023	2022
Saldo inicial do passivo	771.488	836.417
Aumentos/diminuições nos passivos devido a novos contratos e alterações nas contribuições	(2.631)	176.531
Saídas de caixa para aluguéis (pagamentos)	(297.611)	(280.869)
Juros sobre o passivo de arrendamento	53.139	39.409
TOTAL DE DESPESAS DE ARRENDAMENTO NO EXERCÍCIO	524.385	771.488

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o total de despesas de arrendamento que inclui obrigações com vencimento inferior a um ano é de US\$ 238.688 e US\$ 277.039, respectivamente.

8. ATIVOS FINANCEIROS

A seguir, apresenta-se a composição deste item do balanço:

	2023		2022	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	7.321.143	41.826.486	6.957.494	34.520.242
Débitos e outras contas a receber	-	9.381.693	-	10.073.821
Total Ativos Financeiros	7.321.143	51.208.179	6.957.494	44.594.063

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Apresenta-se a composição deste item do balanço na seguinte tabela:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2023
Fundos de investimento	4.957.494	589.366	(225.717)	5.321.143
Depósitos a prazo fixo	2.000.000	-	-	2.000.000
SUBTOTAL - Não circulante	6.957.494	589.366	(225.717)	7.321.143

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2023
Fundos de investimento	40	128.541.520	(128.312.668)	228.892
Depósitos a prazo fixo	34.342.582	153.135.993	(146.399.023)	41.079.552
Juros	177.620	1.154.166	(889.987)	441.799
Empréstimos	-	76.243	-	76.243
SUBTOTAL - Circulante	34.520.242	282.907.922	(275.601.678)	41.826.486
TOTAL - ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	41.477.736	283.497.288	(275.827.395)	49.147.629

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2022
Depósitos a prazo fixo	-	5.445.484	(487.990)	4.957.494
Empréstimos	2.023.832	12.747	(36.579)	2.000.000
Desvalorização dos investimentos financeiros	-	-	-	-
SUBTOTAL - Não circulante	2.023.832	5.458.231	(524.569)	6.957.494
Fundos de investimento	70.856	264.928.374	(264.999.190)	40
Depósitos a prazo fixo	25.539.851	78.972.608	(70.169.877)	34.342.582
Juros	17.744	620.970	(461.093)	177.620
Empréstimos	-	-	-	-
SUBTOTAL - Circulante	25.628.451	344.521.951	(335.630.160)	34.520.242
TOTAL - ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	27.652.283	349.980.182	(336.154.729)	41.477.736

Os fundos de investimento incluem a participação da OEI México em fundos de investimento de longo prazo de US\$ 5.321.143 em 2023 e US\$ 4.957.494 em 2022.

Os movimentos em investimentos financeiros (depósitos a prazo) correspondem principalmente a renovações e cancelamentos dos diversos depósitos a prazo fixo que a Organização contratou nas diferentes sedes no valor de US\$ 43.521.351 em 2023 e US\$ 36.520.202 em 2022. No final de 2023, os depósitos a prazo são realizados no Brasil, Equador, Espanha, Honduras, Paraguai, Panamá, Peru e República Dominicana.

b. Exposição a riscos - Instrumentos financeiros

A OEI dispõe de procedimentos de controle interno para autorizar o nível de risco assumido, com o objetivo de salvaguardar os investimentos realizados. Os principais riscos de mercado que afetam os instrumentos financeiros da OEI são:

(i) Risco cambial

A OEI tem um procedimento para monetizar os valores recebidos por acordos no momento de sua execução, a fim de evitar riscos cambiais e para assegurar que não afetem sua execução.

(ii) Risco de liquidez

A OEI é receptora de fundos para a execução de programas e projetos de cooperação e administração e, portanto, está exposta ao reembolso em caso de não cumprimento dos requisitos para os quais foram concedidos.

A OEI tem contas dedicadas para fundos obtidos de financiadores quando exigido por eles em seus acordos, e possui procedimentos de controle interno para autorizar e justificar esses fundos, bem como as atividades realizadas a fim de evitar o descumprimento que poderia, em última instância, levar à devolução dos fundos obtidos.

(iii) Risco de crédito

A OEI reconhece como ativo circulante os compromissos dos financiadores com os quais foram assinados acordos de cooperação ou de administração quando os recursos comprometidos ainda não foram recebidos. Existe o risco de que os financiadores não cumpram suas obrigações e que fundos próprios tenham sido utilizados para a execução dos programas dos acordos. A OEI dispõe de procedimentos de controle interno para mitigar este risco, restringindo este financiamento a casos muito específicos.

Na data do fechamento do exercício, são feitas estimativas de desvalorização, individualmente, para cada um dos devedores.

c. Ganhos e perdas em ativos financeiros

A seguinte tabela detalha os ganhos e perdas em ativos financeiros, conforme indicado na demonstração de resultados.

	2023		2022	
	Juros	Valor justo	Juros	Valor justo
<i>Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio do resultado:</i>				
Fundos de investimentos	-	15.224.093	-	25.271.005
<i>Instrumentos de dívida a valor justo por meio de lucros ou perdas:</i>				
Fundos de investimentos	-	363.649	-	(199.864)
<i>Investimento financeiro ao custo amortizado:</i>				
Depósitos a prazo fixo	9.186.487	-	10.847.278	-
<i>Caixa e equivalentes de caixa:</i>				
Contas bancárias	4.228.419	-	437.978	-
TOTAL	13.414.906	15.587.742	11.285.256	25.071.141

Os fundos de investimento, certificados de depósito e contas bancárias são remunerados de acordo com as taxas de juros de mercado nos diferentes países em que são mantidos.

d. Débitos e outras contas a receber

Esta rubrica do balanço inclui os débitos provenientes das atividades correntes da OEI e consiste principalmente nos seguintes itens:

- a) *Contribuições obrigatórias*: reconhece as contribuições obrigatórias a receber dos Estados-Membros pendentes de recebimento, no valor de US\$ 1.030.324 em 2023 e US\$ 977.889 em 2022.
- b) *Financiadores*: corresponde aos recursos pendentes de recebimento no âmbito dos acordos de colaboração formalizados e que estão em vigor. Na data do fechamento do exercício, ascendem a US\$ 6.472.151 em 2023 e US\$ 5.913.700 em 2022.
- c) *Adiantamentos a fornecedores e adiantamentos a serem justificados*: corresponde a adiantamentos concedidos a fornecedores e a coordenadores de projetos para a realização de uma atividade na área, que posteriormente justificam com os documentos correspondentes. Na data do fechamento, totalizam US\$ 1.746.512 em 2023 e US\$ 2.309.409 em 2022.
- d) *Outras contas a receber*: corresponde principalmente a recebíveis de reembolsos ou recuperações de IVA. Na data do fechamento, totalizam US\$ 90.981 em 2023 e US\$ 806.471 em 2022.

A OEI reconhece as perdas por desvalorização de seus débitos na demonstração do resultado como uma despesa e a reversão da perda por desvalorização como receita. Os movimentos são mostrados abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	852.540	870.712
Perdas por desvalorização no ano de exercício	-	392.119
Baixa por perdas estimadas de valor não recuperável no ano de exercício	-	(376.196)
Variação cambial	22.362	(34.095)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	874.902	852.540

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os componentes da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem ao dinheiro em caixa, bancos e contas de poupança e são os seguintes:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dinheiro em caixa	33.086	37.961
Disponível em bancos e caixas econômicas	114,095,429	175.403.835
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	114,128,515	175.441.796

Algumas das contas bancárias são dedicadas a acordos, conforme o mandato do financiador, nas quais são depositados os montantes dos acordos a serem executados, assim como a partir delas são efetuados os pagamentos para a execução dos programas desses acordos.

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos não circulantes da Entidade mantidos para venda totalizam US\$ 57.711 e referem-se a um veículo da OEI Colômbia, cuja venda foi concluída no primeiro semestre de 2023, deixando o saldo igual a zero em 31 de dezembro de 2023.

11. PROVISÕES

A seguinte tabela detalha o conceito, montante e movimento das provisões nos exercícios de 2023 e 2022:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2023
Provisões para fundo de garantia (FGTS)	58.325	59.310	(28.719)	88.916
Provisões para litígios e outras obrigações	596.749	50.180	(522.837)	124.092
Provisão para rescisões por demissão e indenizações	176.827	317.938	(274.856)	219.909
Provisão para aposentadorias	232.013	140.093	(84.014)	288.092
Outras provisões	3.645.848	1.837.041	(213)	5,482,676
TOTAL PROVISÕES	4.709.762	2.404.562	(910.639)	6.203.685

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2022
Provisões para fundo de garantia (FGTS)	104.940	51.762	(98.377)	58.325
Provisões para litígios e outras obrigações	19.576	720.608	(143.436)	596.749
Provisão para rescisões por demissão e indenizações	157.470	84.839	(65.482)	176.827
Provisão para aposentadorias	221.368	71.058	(60.413)	232.013
Outras provisões	3.846.181	702.872	(903.204)	3.645.848
TOTAL PROVISÕES	4.349.535	1.631.139	(1.270.912)	4.709.762

A rubrica "Outras provisões" corresponde tanto a uma provisão para um acordo finalizado com o Ministério da Agricultura colombiano que no final do exercício estava em revisão e pendente de acordo final (US\$ 3.360.132 em 2023 e US\$ 2.643.222 em 2022), quanto a uma provisão para um acordo pendente de finalização com outra entidade pertencente ao Estado colombiano (US\$ 1.181.098 em 2023 e US\$ 947.186 em 2022). As despesas para estas provisões estão incluídas em "Outras despesas" das despesas estruturais (US\$ 386.401 em 2023 e US\$ 641.472 em 2022), e a diferença se deve principalmente à flutuação da taxa de câmbio da Colômbia.

As provisões têm um vencimento superior a um ano, exceto para as provisões para aposentadorias de US\$ 137.694 em 2023 e US\$ 26.303 em 2022, cujos pagamentos são efetuados no ano seguinte.

12. PASSIVOS FINANCEIROS

A seguir, apresenta-se a composição deste item do balanço:

	2023		2022	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
Passivos financeiros com instituições financeiras	4.954.372	46.433	4.584.314	69.098
Contas a pagar por arrendamento financeiro (nota 7)	285.696	238.688	494.449	277.039
Contas a pagar e outras	-	78.281.301	-	135.825.104
Total Passivos Financeiros	5.240.068	78.566.422	5.078.763	136.171.241

a. Passivos financeiros com instituições financeiras

Na seguinte tabela, apresenta-se a composição deste item do balanço:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2023
Empréstimos	4.584.057	856.072	(485.757)	4.954.372
Contas a pagar a longo prazo às administrações públicas	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores a longo prazo	257	6	(263)	-
SUBTOTAL – Não circulante	4.584.314	856.078	(486.020)	4.954.372
Empréstimos	61.027	1.374.144	(1.392.840)	42.331
Juros de empréstimos	3.958	25.517	(25.373)	4.102
Contas a pagar a curto prazo às administrações públicas	(14)	14	-	-
Contas a pagar a fornecedores a curto prazo	4.126	90	(4.216)	-
SUBTOTAL - Circulante	69.097	1.399.765	(1.422.429)	46.433
TOTAL PASSIVOS FINANCEIROS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4.653.411	2.255.843	(1.908.449)	5.000.805

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Diminuições	Saldo em 31/12/2022
Empréstimos	4.670.088	737.854	(823.886)	4.584.056
Contas a pagar a longo prazo às administrações públicas	-	-	-	-
Contas a pagar a fornecedores a longo prazo	3.395	385	(3.522)	258
SUBTOTAL – Não circulante	4.673.483	738.239	(827.408)	4.584.314
Empréstimos	17.178	984.905	(941.056)	61.027
Juros de empréstimos	4.206	9.516	(9.764)	3.958
Contas a pagar a curto prazo às administrações públicas	(24)	10	-	(14)
Contas a pagar a fornecedores a curto prazo	4.385	3.437	(3.696)	4.126
SUBTOTAL - Circulante	25.745	997.868	(954.516)	69.097
TOTAL PASSIVOS FINANCEIROS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4.699.228	1.736.107	(1.781.924)	4.653.411

- *Não circulante:*

O Instituto de Crédito Oficial ICO, uma entidade pública empresarial vinculada ao Ministério de Economia e Finanças do governo espanhol, concedeu à OEI dois empréstimos de 4.500.000 euros cada um. O primeiro foi transferido no dia 12 de janeiro de 2007 e o segundo no dia 10 de outubro de 2007, com uma equivalência em dólares no momento da concessão de US\$ 6.313.312 e US\$ 6.642.066, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, o montante normal equivalente de cada empréstimo é de US\$ 4.945.055 (US\$ 4.787.234 em 2022).

As condições financeiras dos dois empréstimos impõem para cada empréstimo uma taxa de juros de 0,1% pagável semestralmente, em atraso; uma amortização do capital com um período de carência de 52 semestres em prestações iguais distribuídas ao longo dos 28 semestres subsequentes ao período de carência; uma vida total de 40 anos; e uma taxa administrativa única, pagável ao final do primeiro semestre de 2.500 euros.

A OEI registrou esses empréstimos pelo valor inicial ao valor justo, considerando o valor justo como o valor presente dos fluxos de caixa, descontados à taxa de juros de 4,90% e 4,20%, respectivamente, de acordo com as emissões de títulos públicos e obrigações mais próximas da obtenção dos empréstimos.

A diferença entre o valor anterior e o valor atual dos empréstimos a juros nominais é mostrada em "Renda diferida" como uma subvenção no passivo (ver nota 14).

O valor contábil em dólares no final dos exercícios de 2023 e 2022 desses empréstimos ao longo prazo, expressos em euros, e os montantes a serem pagos para amortizar o capital anualmente, são os seguintes:

	Moeda	Taxa Juros Nominais	Vencimento	Anualidade	Valor nominal	Valor contábil em 31/12/23	Valor contábil em 31/12/22
				(em EUR)	(em EUR)	(em USD)	(em USD)
Empréstimo bancário A	Euros	0,10%	2021-2034	-	4.500.000	2.380.123	2.194.749
	Euros	0,10%	2034-2047	321.428	-	-	-
Empréstimo bancário B	Euros	0,10%	2021-2034	-	-	-	-
	Euros	0,10%	2034-2047	321.428	4.500.000	2.574.249	2.389.308
					9.000.000	4.954.372	4.584.057

- *Circulantes:*

Os saldos de empréstimos a curto prazo com instituições financeiras derivam de pagamentos com cartão de crédito com vencimento após o fechamento do exercício e serão reembolsados em 2024.

Os valores reconhecidos como juros sobre empréstimos concedidos por instituições financeiras referem-se principalmente aos juros acumulados e subvencionados sobre os empréstimos ao longo prazo descritos anteriormente, cujos detalhes são mostrados abaixo:

	2023	2022
Juros acumulados	213.085	194.602
Juros subsidiados (nota 14)	(203.107)	(185.092)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	9.978	9.510

b. Contas a pagar e outras

Esta rubrica do balanço consiste principalmente dos seguintes itens:

- a) *Projetos em execução*: corresponde ao saldo de projetos em execução resultante de acordos de colaboração que serão implementados no ano fiscal seguinte ou, em sua falta, devolvidos ao financiador. Estes montantes são de US\$ 62.698.989 em 2023 e US\$ 117.181.142 em 2022.

O Anexo II mostra os detalhes desses saldos por financiador e classificados conforme tipo de acordo, administração de projetos e projetos de cooperação.

- b) *Fornecedores*: reconhece as contas a pagar a fornecedores na data de fechamento do exercício que são o resultado da execução de acordos e operações administrativas da organização. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizam US\$ 12.416.414 e US\$ 15.207.707, respectivamente.
- c) *Subvenções pendentes de aplicação*: reconhece as contribuições recebidas no âmbito de acordos de colaboração, que na data de fechamento do exercício financeiro não foram alocadas para um projeto específico, uma vez que estão em processo de formulação. Esses fundos serão reclassificados e farão parte dos saldos disponíveis para a execução de projetos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizam US\$ 2.402.089 e US\$ 2.439.161, respectivamente.
- d) *Outras obrigações*: correspondem especialmente a fundos recebidos na Espanha no final do exercício financeiro para acordos assinados, cuja execução é realizada em outro país e está pendente de ser transferida; esses fundos são transferidos para o país correspondente no exercício financeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizam US\$ 68.359 e US\$ 179.102, respectivamente.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os itens do Patrimônio líquido consistem nos seguintes conceitos:

- a) *Reservas*: reconhece os resultados de exercícios anteriores e os ganhos e perdas atuariais.
- b) *Ajuste do valor justo*: corresponde ao reconhecimento de mudanças no valor justo positivo de terrenos e edificações.
- c) *Resultado do exercício*: ganhos e perdas obtidos durante o exercício.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta as mudanças nos anos fiscais 2023 e 2022.

14. RECEITA DIFERIDA

Como resultado da concessão dos empréstimos referidos a taxas de juros abaixo do mercado na nota 12.a), a OEI reconhece uma bonificação de juros como receita diferida no passivo não circulante, no balanço. O movimento durante o ano é o seguinte:

	2023	2022
Saldo inicial	6.434.206	6.619.296
Aumentos	-	-
Diminuições	(203.107)	(185.090)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	6.231.099	6.434.206

Como receita corrente diferida, foram reconhecidos US\$ 30.560 em 2023 e US\$ 34.854 em 2022, correspondendo principalmente à receita de cursos na Espanha e à receita do aluguel de um imóvel do escritório na Argentina em 2024.

15. SITUAÇÃO FISCAL

Em conformidade com os acordos de sede assinados pela OEI com cada Estado em que as diferentes sedes operam, é estabelecida a isenção do imposto de renda corporativo em todos os países, bem como do Imposto de Valor Agregado e outros impostos.

As liquidações do Imposto sobre Valor Agregado ou impostos similares efetuados pela OEI estão abertas à inspeção pelas autoridades fiscais dos países nos quais tem escritórios e em sua Sede Central, enquanto o direito dessas Administrações não prescrever de acordo com os regulamentos de cada país.

A Direção da OEI não espera nenhuma contingência fiscal para a organização.

16. RECEITAS E DESPESAS

a. Receitas

As receitas da OEI consistem em: receitas de contribuições obrigatórias dos Estados-Membros, receitas de serviços e publicações, receitas da gestão e execução de projetos e programas da OEI, receitas de contribuições voluntárias e subvenções recebidas, outras receitas de atividades circulantes e receitas de investimentos financeiros.

A rubrica "*Receitas provenientes acordos/convênios*" inclui as receitas de:

- a) *Receitas de gestão e administração de acordos/convênios*: corresponde ao montante recebido pela OEI para a execução dos diversos acordos de apoio aos custos de gestão e administração incorridos pela organização que não podem ser repassados diretamente ao projeto. Destinam-se a fortalecer a Organização para melhor desempenhar suas funções e foram debitadas na conta de lucros e perdas com base no regime de competência. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalizam US\$ 7.959.202 e US\$ 8.836.790, respectivamente.
- b) *Receitas por execução de acordos/convênios*: consistem em valores correspondentes às despesas executadas de acordos de cooperação financiados com recursos externos (financiadores), debitados na conta de lucros e perdas em regime de competência. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalizam US\$ 52.896.330 e US\$ 75.332.623, respectivamente.

A rubrica “*Outras receitas*” inclui principalmente as receitas registradas pela OEI por recuperação de receitas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalizam US\$ 908.030 e US\$ 1.938.409 respectivamente.

Na conta de lucros e perdas, as variações cambiais são mostradas em seu valor líquido, com um sinal positivo para as receitas financeiras e um sinal negativo para as despesas financeiras, dependendo se são ganhos ou perdas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 existem variações cambiais positivas de US\$ 13.443.608 e US\$ 7.086.788, respectivamente.

b. Despesas

A conta de lucros e perdas mostra a discriminação das despesas das atividades correntes e despesas financeiras, que são reconhecidas com base no regime de competência. O Anexo I mostra as mesmas informações para cada um dos escritórios e para a sede central.

As despesas com atividades correntes são mostradas pela natureza das despesas, diferenciando entre as próprias despesas da OEI e as despesas incorridas na execução de programas e projetos de cooperação.

- a) *Despesas estruturais*: consistem em despesas incorridas durante o exercício para realizar as atividades correntes da organização para seu funcionamento, assim como despesas incorridas na realização de projetos que não podem ser atribuídas diretamente a elas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizam US\$ 22.017.953 e US\$ 21.334.544, respectivamente, e são discriminadas da seguinte forma:

	2023	2022
Despesas com o pessoal	14.619.450	11.274.104
Serviços exteriores e diversos	5.839.817	6.795.572
<i>Honorários por serviços técnicos e profissionais</i>	2.620.571	3.729.748
<i>Despesas de viagem e visibilidade</i>	1.103.569	1.131.890
<i>Jurídico e impostos</i>	22.752	24.410
<i>Arrendamentos</i>	3.952	12.690
<i>Seguros</i>	44.417	64.280
<i>Serviços</i>	1.416.355	1.324.141
<i>Manutenção e reparo</i>	289.739	222.940
<i>Ajudas (Subvenções)</i>	163.249	122.106
<i>Diversos</i>	175.213	163.367
Depreciação de bens, instalações e equipamentos e amortização de ativos intangíveis	699.601	662.240
Amortização direitos de uso	297.389	282.217
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	326.224
Outras despesas	561.696	1.994.187
TOTAL DESPESAS ESTRUTURAIS	22.017.953	21.334.544

O subitem "Outras despesas" inclui principalmente as despesas para as provisões constituídas durante o exercício (Nota 11), bem como a perda no valor justo das propriedades para investimento da Entidade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalizam US\$ 561.696 e US\$ 1.994.187, respectivamente.

- b) *Despesas por execução de projetos de cooperação*: são constituídas por despesas incorridas pela OEI para a formulação, execução e supervisão dos projetos e são diretamente atribuíveis aos projetos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizam US\$ 58.563.267 e US\$ 79.015.178, respectivamente, e são detalhados a seguir:

	2023	2022
Despesas com o pessoal	1.371.309	1.986.241
Serviços exteriores e diversos	57.018.727	76.989.380
<i>Honorários por serviços técnicos e profissionais</i>	32.080.362	51.136.749
<i>Despesas de viagem e visibilidade</i>	3.037.519	3.580.063
<i>Jurídico e impostos</i>	4.178	2.573
<i>Arrendamentos</i>	43.487	13.630
<i>Seguros</i>	36.027	22.756
<i>Serviços</i>	5.968.988	8.197.899
<i>Manutenção e reparo</i>	98.813	64.587
<i>Ajudas (Subvenções)</i>	15.170.168	13.477.312
<i>Diversos</i>	579.185	493.811
Outras	173.231	39.557
TOTAL DESPESAS POR EXECUÇÃO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO	58.563.267	79.015.178

As despesas financeiras consistem em taxas bancárias, perdas por valorização e por desvalorização, e perdas na alienação de investimentos financeiros e juros financeiros, incluindo estes últimos os juros de empréstimos contraídos pela organização e os juros gerados pelas dívidas decorrentes do reconhecimento de ativos de direito de uso em contratos de arrendamento (detalhados na nota 7.b). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as despesas financeiras totalizam US\$ 717.605 e US\$ 647.961, respectivamente.

As despesas financeiras também são classificadas tanto em despesas estruturais quanto em despesas de projeto, sendo as primeiras as incorridas pela organização para seu funcionamento e operações, e as últimas as que podem ser atribuídas diretamente aos projetos, pois caso isso não seja possível, são assumidas pela organização como despesas operacionais, sendo descritas da seguinte forma:

<u>Despesas financeiras estruturais:</u>	2023	2022
Taxas bancárias	318.032	189.750
Juros da dívida	233.042	194.603
Juros por arrendamento	53.139	39.409
Perda na venda de investimentos	-	-
Perdas no valor justo de investimentos financeiros	86.232	199.864
Perdas por desvalorização em investimentos financeiros	-	-
TOTAL	690.445	623.626
<u>Despesas financeiras por execução de projetos de cooperação:</u>	2023	2022
Taxas bancárias	27.160	24.335
Juros da dívida	-	-
TOTAL	27.160	24.335

17. EVENTOS SUBSEQUENTES AO TÉRMINO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram outros eventos que, por sua relevância, afetem a situação econômico-financeira da entidade.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Quadro de pessoal da entidade

No final de 2023, o quadro de pessoal da OEI era composto por 411 funcionários e no fim de 2021 por 378, com a seguinte distribuição por gênero e média de funcionários:

País	Funcionários em 31 de dezembro de 2023			Média no ano 2023	Funcionários em 31 de dezembro de 2022			Média no ano 2022
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total	
Argentina	25	68	93	96	26	66	92	88
Bolívia	1	4	5	4	1	1	2	1
Brasil	11	9	20	18	8	8	16	17
Chile	1	2	3	5	1	5	6	8
Colômbia	29	56	85	84	24	46	70	62
Costa Rica	0	2	2	3	1	2	3	3
Cuba	0	1	1	1	0	0	0	0
Equador	2	7	9	9	1	8	9	9
El Salvador	6	10	16	16	7	11	18	17
Espanha	30	59	89	82	25	51	76	74
Guatemala	0	4	4	4	1	4	5	5
Honduras	3	5	8	8	3	5	8	8
México	4	6	10	10	4	5	9	9
Nicarágua	2	6	8	8	2	6	8	8
Panamá	2	6	8	8	2	6	8	8
Paraguai	10	10	20	19	9	9	18	18
Peru	3	3	6	6	3	3	6	6
Portugal	0	3	3	3	0	3	3	3
República Dominicana	4	14	18	19	2	16	18	18
Uruguai	1	2	3	3	1	2	3	3
TOTAL	134	277	411	406	121	257	378	365

b. Contingências ambientais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há ativos significativos dedicados à proteção e melhoria do meio ambiente, nem foram incorridas despesas consideráveis desta natureza durante o exercício. Além disso, nenhuma subvenção de natureza ambiental foi recebida.

A Direção da OEI considera que não há contingências significativas relacionadas à proteção e melhoria do meio ambiente e, portanto, não considera necessário o registro de passivos contingentes ambientais.

c. Honorários de auditoria

Os honorários pelos serviços prestados pela empresa de auditoria para as demonstrações financeiras de 2023 totalizam 123.900 euros e 118.000 euros para as de 2022, (o que equivale a US\$ 136.906 e a US\$ 125.853).

19. PARTES RELACIONADAS

A alta direção da OEI é constituída pelos seguintes cargos: secretário-geral, secretário-geral adjunto, diretores-gerais, diretores dos escritórios e seus diretores adjuntos, que estão incluídos na folha de pagamento de cada escritório.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as remunerações diferidas e os custos de mão de obra dos membros da alta direção totalizam US\$ 2.841.490 e US\$ 2.785.582, respectivamente.

Não há outras remunerações além salários e remunerações com o pessoal da alta Direção e nenhuma obrigação de garantia foi assumida em seu nome.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a OEI não tem vínculos com outras entidades.

20. INFORMAÇÕES DOS ESCRITÓRIOS, INCLUINDO A SEDE

A OEI tem vinte escritórios abertos nos países ibero-americanos, além da Sede Central em Madri, na Espanha. As demonstrações contábeis que consistem na demonstração da posição financeira, demonstração do resultado e demonstração de fluxo de caixa de 2023 e 2022 de cada escritório são mostradas no Anexo I.



ANEXO I. Informações das Sedes

	Argentina		Bolívia		Brasil		Chile	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.791.310	6.803.183	33.287	35.230	487.460	524.211	12.526	17.345
Ativo intangível	733	1.397	-	-	-	-	-	-
Bens imobiliários, instalações e equipamentos	4.295.752	4.417.398	11.665	3.964	463.683	491.791	12.526	17.345
Propriedade para investimento	2.494.825	2.384.388	-	-	-	-	-	-
Ativos de direito de uso	-	-	21.622	31.266	23.777	32.420	-	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVO CIRCULANTE	61.564.754	105.994.293	367.757	188.837	28.831.035	24.870.053	205.765	233.240
Débitos e outras contas a receber	659.398	759.977	139.319	104.914	120.844	40.046	111.598	40.275
<i>Contribuições obrigatórias</i>	658.504	658.504	139.020	104.265	-	-	-	(1)
<i>Financiadores</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Adiantamentos a fornecedores e por legalizar</i>	746	78.229	-	-	223	-	1.033	1.863
<i>Contas a receber empregados</i>	123	-	-	-	-	-	113	1.735
<i>Depósitos em garantias</i>	-	-	-	350	1.227	1.139	10.957	-
<i>Outras contas a receber</i>	25	679	-	-	-	-	-	-
<i>Contas a receber e empréstimos intra OEI</i>	-	22.565	299	299	119.394	38.907	99.495	36.678
<i>Empréstimos INTRA OEI curto prazo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	25.373.961	24.143.835	-	-
Despesa diferida	26.585	5.387	1.200	4.925	792	1.847	-	-
Ativos líquidos e financeiros	60.878.771	105.228.929	227.238	78.998	3.335.438	684.325	94.167	192.965
TOTAL ATIVO	68.356.064	112.797.476	401.044	224.067	29.318.495	25.394.265	218.291	250.585

	Argentina		Bolívia		Brasil		Chile	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.828.171	61.121.235	26.110	45.001	9.956.553	8.554.762	31.584	63.627
Reservas	47.542.195	35.837.521	35.121	16.619	7.677.723	6.074.332	63.628	64.075
Resultados do exercício	8.465.133	24.462.871	(9.011)	28.382	2.278.830	2.480.430	(32.044)	(448)
Ajustes a valor justo	820.843	820.843	-	-	-	-	-	-
Subvenções e contribuições patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	35.763	53.480	58.072	9.977	18.396	-	26.465
Provisões longo prazo	-	35.763	9.157	2.089	-	-	-	26.465
Passivos financeiros com instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI	-	-	36.670	36.670	-	-	-	-
Despesas com aluguéis	-	-	7.653	19.313	9.977	18.396	-	-
Receita diferida passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO CIRCULANTE	11.527.891	51.640.478	321.454	120.994	19.351.967	16.821.107	186.707	160.493
Provisões curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	-	1.104	-	-	-	-	-	185
Empréstimos intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aluguéis	-	-	13.714	10.497	10.552	9.999	-	-
Créditos e outras contas a pagar	11.512.780	51.639.364	307.740	110.497	19.341.415	16.811.108	186.707	160.313
Projetos em execução	10.459.133	49.117.895	183.509	28.717	14.942.782	11.971.963	149.272	141.456
Fornecedores	573.328	2.084.729	348	208	3.970.664	4.483.121	32.360	10.893
Passivos trabalhistas	120.542	203.282	1.058	-	23.550	11.894	-	1
Administrações públicas credoras	87.152	137.545	2.257	1495	22	110	2.728	5.660
Contas intra OEI	250.599	67.443	120.568	80.077	15.351	3	2.347	2.303
Outros passivos	22.026	28.470	-	-	45.631	602	-	-
Subvenções a serem implementadas	-	-	-	-	343.415	343.415	-	-
Receita diferida ativo circulante	15.111	10	-	-	-	-	-	(5)
TOTAL PASSIVO	11.527.891	51.676.241	374.934	179.066	19.361.944	16.839.503	186.707	186.958
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PASSIVO	68.356.062	112.797.476	401.044	224.067	29.318.497	25.394.265	218.291	250.585

	Colômbia		Costa Rica		Cuba		Equador	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
ATIVO NÃO CIRCULANTE	927.552	942.765	30.363	43.540	14.391	-	39.346	60.344
Ativo intangível	6.243	5.477	-	-	-	-	-	-
Bens imobiliários, instalações e equipamentos	183.533	168.280	12.964	17.295	14.391	-	18.491	29.062
Propriedade para investimento	487.251	400.765	-	-	-	-	-	-
Ativos de direito de uso	250.525	368.243	17.399	24.745	-	-	20.855	31.282
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI longo prazo	-	-	-	1.500	-	-	-	-
ATIVO CIRCULANTE	15.582.052	29.125.818	280.341	158.508	62.380	-	8.206.254	8.058.456
Débitos e outras contas a receber	5.129.828	7.436.824	161.247	141.742	62.088	-	7.696	3.252
<i>Contribuições obrigatórias</i>	-	-	81.274	81.178	-	-	-	-
<i>Financiadores</i>	3.196.725	4.200.151	-	-	-	-	-	-
<i>Adiantamentos a fornecedores e por legalizar</i>	1.622.065	2.163.449	-	5.421	-	-	1.126	-
<i>Contas a receber empregados</i>	5.171	3.717	-	357	-	-	-	-
<i>Depósitos em garantias</i>	-	-	867	1.599	-	-	2.000	2.000
<i>Outras contas a receber</i>	217.994	1.032.224	-	43	47.927	-	3.315	901
<i>Contas a receber e empréstimos intra OEI</i>	87.873	37.283	79.106	53.144	14.453	-	1.255	351
<i>Empréstimos INTRA OEI curto prazo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	-	-	6.200.011	7.664.002
Despesa diferida	20.663	18.222	68	300	-	-	763	1.014
Ativos líquidos e financeiros	10.431.561	21.613.060	119.026	16.466	-	-	1.997.784	390.188
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	57.711	-	-	-	-	-	-
TOTAL ATIVO	16.509.604	30.068.583	310.704	202.047	76.771	-	8.245.600	8.118.800

	Colômbia		Costa Rica		Cuba		Equador	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(106.735)	1.339.709	(77.693)	(44.525)	55.063	-	484.998	569.820
Reservas	617.185	(399.502)	(49.564)	(48.832)	-	-	514.140	452.952
Resultados do exercício	(723.920)	1.739.211	(28.129)	4.307	55.063	-	(29.142)	116.868
Ajustes a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenções e contribuições patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.630.348	4.340.638	7.987	15.499	-	-	8.832	18.876
Provisões longo prazo	5.526.905	4.132.801	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aluguéis	103.443	207.837	7.987	15.499	-	-	8.832	18.876
Receita diferida passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO CIRCULANTE	10.985.994	24.388.236	380.408	231.073	21.709	-	7.751.769	7.530.107
Provisões curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	2.874	24.797	-	-	-	-	632	1.064
Empréstimos intra OEI	-	-	172.670	172.670	-	-	-	-
Despesas com aluguéis	109.616	113.190	8.407	8.366	-	-	10.045	10.992
Créditos e outras contas a pagar	10.873.504	24.250.249	199.331	50.037	21.709	-	7.741.092	7.518.051
Projetos em execução	7.857.121	20.468.700	194.559	51.538	21.709	-	2.885.674	1.787.523
Fornecedores	2.608.450	3.369.495	3.904	(4.105)	-	-	6.310	64.873
Passivos trabalhistas	175.793	127.553	117	1.667	-	-	3.239	3.046
Administrações públicas credoras	42.201	41.557	730	24	-	-	6.295	5.084
Contas intra OEI	189.939	242.944	21	913	-	-	4.839.574	5.657.525
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenções a serem implementadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita diferida ativo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL PASSIVO	16.616.342	28.728.874	388.395	246.572	21.709	-	7.760.601	7.548.983
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PASSIVO	16.509.607	30.068.583	310.702	202.047	76.772	-	8.245.599	8.118.803

	El Salvador		Espanha		Guatemala		Honduras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
ATIVO NÃO CIRCULANTE	892.474	910.264	259.974	287.096	274.917	280.613	583.167	532.333
Ativo intangível	-	-	-	-	-	-	533	-
Bens imobiliários, instalações e equipamentos	892.474	910.264	108.529	124.401	274.917	280.613	582.634	532.333
Propriedade para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos de direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI longo prazo	-	-	151.445	162.695	-	-	-	-
ATIVO CIRCULANTE	8.181.713	8.851.345	18.593.691	17.156.001	343.262	72.005	1.200.851	702.793
Débitos e outras contas a receber	110.054	72.381	6.781.065	7.434.941	57.780	49	42.164	24.139
<i>Contribuições obrigatórias</i>	34.755	34.755	34.739	7.219	-	-	29.949	22.459
<i>Financiadores</i>	-	-	4.510	14.932	-	-	-	-
<i>Adiantamentos a fornecedores e por legalizar</i>	41.079	3.126	81.386	64.301	-	49	11.161	1.680
<i>Contas a receber empregados</i>	1.310	1.259	10	(14)	128	-	1.054	-
<i>Depósitos em garantias</i>	2.000	2.000	-	31.997	-	-	-	-
<i>Outras contas a receber</i>	1.558	-	101.634	70.919	-	-	-	-
<i>Contas a receber e empréstimos intra OEI</i>	29.352	31.241	6.186.061	6.872.862	57.652	-	-	-
<i>Empréstimos INTRA OEI curto prazo</i>	-	-	372.725	372.725	-	-	-	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	4.748.158	1.410.600	-	-	48.819	-
Despesa diferida	6.772	3.453	74.484	65.345	-	-	7.372	4.387
Ativos líquidos e financeiros	8.064.887	8.775.511	6.989.984	8.245.115	285.482	71.956	1.102.496	674.267
TOTAL ATIVO	9.074.187	9.761.610	18.853.665	17.443.097	618.179	352.618	1.784.018	1.235.126

	El Salvador		Espanha		Guatemala		Honduras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	551.246	585.313	(6.426.109)	(5.640.567)	51.627	(47.036)	141.440	50.212
Reservas	56.891	73.734	(5.730.489)	(5.988.127)	(171.550)	(159.367)	(216.464)	(228.706)
Resultados do exercício	(15.256)	1.968	(695.620)	347.560	98.663	(12.183)	91.228	12.242
Ajustes a valor justo	509.611	509.611	-	-	124.514	124.514	266.676	266.676
Subvenções e contribuições patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	66.178	61.296	11.430.628	11.188.629	81.497	81.025	95.600	95.812
Provisões longo prazo	32.428	21.921	245.157	170.366	472	-	95.600	95.812
Passivos financeiros com instituições financeiras	-	-	4.954.372	4.584.057	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI	33.750	39.375	-	-	81.025	81.025	-	-
Despesas com aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita diferida passivo não circulante	-	-	6.231.099	6.434.206	-	-	-	-
PASSIVO CIRCULANTE	8.456.760	9.115.000	13.849.146	11.895.033	485.057	318.628	1.546.979	1.089.104
Provisões curto prazo	-	-	137.694	26.303	-	-	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	312	1.174	37.480	34.866	-	-	123	51
Empréstimos intra OEI	-	5.625	-	-	-	-	100.000	100.000
Despesas com aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	-
Créditos e outras contas a pagar	8.456.448	9.108.201	13.659.665	11.823.621	485.057	318.628	1.446.856	989.053
Projetos em execução	3.700.215	4.819.153	11.211.071	9.524.660	431.503	240.245	1.328.788	953.302
Fornecedores	4.573.406	4.104.868	91.103	67.096	19.431	1.090	39.063	(47.088)
Passivos trabalhistas	-	29	958	40.002	4.538	5.546	4.794	4.432
Administrações públicas credoras	10.237	36.403	118.821	97.145	1.395	1.672	364	364
Contas intra OEI	172.590	147.748	489.817	148.358	28.190	70.075	73.847	78.043
Outros passivos	-	-	-	148.715	-	-	-	-
Subvenções a serem implementadas	-	-	1.747.895	1.797.645	-	-	-	-
Receita diferida ativo circulante	-	-	14.307	10.243	-	-	-	-
TOTAL PASSIVO	8.522.938	9.176.296	25.279.774	23.083.662	566.554	399.653	1.642.579	1.184.916
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PASSIVO	9.074.184	9.761.609	18.853.665	17.443.095	618.181	352.617	1.784.019	1.235.128

	México		Nicarágua		Panamá		Paraguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.389.044	5.043.697	32.087	15.213	2.290.457	2.323.817	614.289	587.161
Ativo intangível	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens imobiliários, instalações e equipamentos	44.808	60.446	32.087	15.213	126.680	119.096	586.082	587.161
Propriedade para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos de direito de uso	23.093	25.757	-	-	163.777	204.721	28.207	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	5.321.143	4.957.494	-	-	2.000.000	2.000.000	-	-
Empréstimos intra OEI longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVO CIRCULANTE	2.513.419	4.435.710	317.204	279.669	10.791.934	12.425.792	5.165.217	6.401.974
Débitos e outras contas a receber	12.231	6.664	183.733	151.688	(16.339)	4.021	159.113	160.464
<i>Contribuições obrigatórias</i>	-	-	-	-	-	-	69.510	69.510
<i>Financiadores</i>	-	-	-	-	-	-	73.129	76.192
<i>Adiantamentos a fornecedores e por legalizar</i>	-	-	-	-	-	(9.512)	254	802
<i>Contas a receber empregados</i>	251	219	-	-	1.087	8.255	2.357	-
<i>Depósitos em garantias</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Outras contas a receber</i>	-	-	-	-	-	4.386	4.772	4.729
<i>Contas a receber e empréstimos intra OEI</i>	11.980	6.445	183.733	151.688	-	892	9.091	9.231
<i>Empréstimos INTRA OEI curto prazo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	41.366	23.832	1.781.864	1.241.456
Despesa diferida	91	91	-	-	-	(1.100)	1.569	1.381
Ativos líquidos e financeiros	2.501.097	4.428.955	133.471	127.981	10.749.481	12.399.039	3.222.671	4.998.673
TOTAL ATIVO	7.902.462	9.479.407	349.291	294.882	13.082.391	14.749.609	5.779.507	6.989.135

	México		Nicarágua		Panamá		Paraguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.621.420	5.783.472	195.747	190.033	3.047.127	3.324.301	310.285	415.901
Reservas	5.692.125	5.439.996	190.033	213.306	3.324.301	3.673.501	12.477	294.900
Resultados do exercício	929.295	343.476	5.714	(23.273)	(277.174)	(349.200)	(98.994)	(275.801)
Ajustes a valor justo	-	-	-	-	-	-	396.802	396.802
Subvenções e contribuições patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	78.030	67.181	8.009	5.963	154.894	175.236	10.656	-
Provisões longo prazo	68.329	52.750	8.009	5.963	27.448	7.331	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aluguéis	9.701	14.431	-	-	127.446	167.905	10.656	-
Receita diferida passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO CIRCULANTE	1.203.011	3.628.753	145.538	98.887	9.880.370	11.250.072	5.458.564	6.573.234
Provisões curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	985	49	546	-	360	297	322	-
Empréstimos intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aluguéis	10.540	8.164	-	-	40.459	40.046	17.078	-
Créditos e outras contas a pagar	1.191.486	3.620.540	144.992	98.887	9.822.125	11.192.303	5.441.164	6.573.234
Projetos em execução	1.135.084	3.476.941	72.204	23.781	9.715.938	11.070.886	4.668.341	5.211.587
Fornecedores	6.246	19.130	899	217	11.472	24.128	57.774	745.065
Passivos trabalhistas	8.435	4.008	960	878	1.333	5.641	710	-
Administrações públicas credoras	27.916	23.281	1.438	1.147	(1.083)	-	4.359	7.043
Contas intra OEI	13.102	95.865	69.491	72.864	94.465	91.648	696.874	609.539
Outros passivos	703	1.315	-	-	-	-	-	-
Subvenções a serem implementadas	-	-	-	-	-	-	13.106	-
Receita diferida ativo circulante	-	-	-	-	17.426	17.426	-	-
TOTAL PASSIVO	1.281.041	3.695.934	153.547	104.850	10.035.264	11.425.308	5.469.220	6.573.234
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PASSIVO	7.902.461	9.479.406	349.294	294.883	13.082.391	14.749.609	5.779.505	6.989.135

	Peru		Portugal		República Dominicana		Uruguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
ATIVO NÃO CIRCULANTE	16.365	74.005	33.080	11.968	610.609	638.483	46.036	32.041
Ativo intangível	-	-	-	-	-	-	-	57
Bens imobiliários, instalações e equipamentos	12.000	17.261	33.080	11.968	610.609	616.794	30.539	(420)
Propriedade para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos de direito de uso	4.365	56.744	-	-	-	21.689	15.497	32.404
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos intra OEI longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
ATIVO CIRCULANTE	5.634.805	6.086.731	257.758	417.505	4.217.815	1.931.287	793.114	790.228
Débitos e outras contas a receber	74.518	71.813	50.151	5.692	2.841.185	1.269.153	286.460	317.400
<i>Contribuições obrigatórias</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Financiadores</i>	-	-	-	-	2.839.984	1.267.913	-	-
<i>Adiantamentos a fornecedores e por legalizar</i>	-	-	4.142	-	-	-	-	-
<i>Contas a receber empregados</i>	2.868	-	-	-	-	-	1	-
<i>Depósitos em garantias</i>	9.000	9.000	-	-	1.201	1.240	-	-
<i>Outras contas a receber</i>	42.789	41.410	29.060	5.692	-	-	-	-
<i>Contas a receber e empréstimos intra OEI</i>	19.861	21.403	16.949	-	-	-	286.459	317.400
<i>Empréstimos INTRA OEI curto prazo</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros medidos pelo valor justo por meio de resultados	3.402.273	36.517	-	-	230.034	-	-	-
Despesa diferida	4.818	4.831	-	-	2.760	3.283	-	-
Ativos líquidos e financeiros	2.153.196	5.973.570	207.607	411.813	1.143.836	658.851	506.654	472.828
TOTAL ATIVO	5.651.169	6.160.736	290.838	429.473	4.828.424	2.569.770	839.150	822.269

	Peru		Portugal		República Dominicana		Uruguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.330.696	3.358.427	18.260	47.207	83.986	86.167	(3.996)	30.754
Reservas	3.325.376	2.895.122	37.351	15.594	(153.855)	156.769	33.294	49.000
Resultados do exercício	5.320	38.245	(19.091)	31.613	(2.180)	(310.623)	(37.290)	(18.246)
Ajustes a valor justo	-	425.060	-	-	240.021	240.021	-	-
Subvenções e contribuições patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	17.796	21.113	13.041	31.374	119.765	-	14.045
Provisões longo prazo	-	13.564	21.113	12.784	31.373	105.850	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	-	-	-	257	-	-	-	-
Despesas com aluguéis	-	4.232	-	-	1	13.915	-	14.045
Receita diferida passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO CIRCULANTE	2.320.474	2.784.513	251.467	369.225	4.713.065	2.363.840	843.150	777.470
Provisões curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros com instituições financeiras	-	-	601	4.404	341	95	1.857	1.013
Empréstimos intra OEI	-	-	-	-	100.000	100.000	-	-
Despesas com aluguéis	4.233	51.679	-	-	-	7.272	14.046	16.836
Créditos e outras contas a pagar	2.315.099	2.725.654	250.866	364.821	4.612.724	2.256.473	827.247	759.621
Projetos em execução	2.032.206	2.676.227	85.441	226.505	4.340.189	1.939.345	595.586	393.890
Fornecedores	248.705	15.495	29.768	406	148.922	215.801	11.604	52.629
Passivos trabalhistas	18.511	18.400	(747)	1.541	-	-	7.719	9.010
Administrações públicas credoras	15.677	15.532	5.503	5.405	-	-	(2.069)	1.594
Contas intra OEI	-	-	23.027	24.638	123.613	101.327	24.608	110.724
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenções a serem implementadas	-	-	107.874	106.326	-	-	189.799	191.774
Receita diferida ativo circulante	1.142	7.180	-	-	-	-	-	-
TOTAL PASSIVO	2.320.474	2.802.309	272.580	382.266	4.744.439	2.483.605	843.150	791.515
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO + PASSIVO	5.651.170	6.160.736	290.840	429.473	4.828.425	2.569.772	839.154	822.269

	Argentina		Bolívia		Brasil		Chile	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
I. RECEITAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	6.686.550	4.679.071	176.433	103.344	7.577.040	6.393.974	466.328	541.026
Contribuições obrigatórias	329.252	329.252	34.755	34.755	629.710	629.710	82.315	82.320
Serviços e divulgações	114.935	89.057	-	-	-	-	2.108	3.328
Contribuições e subvenções	-	-	-	-	255.992	-	27.500	27.500
Receitas por acordos/convênios	3.666.998	3.078.914	19.570	50	6.661.339	5.734.265	179.057	309.119
<i>Receitas por gestão e administração de acordos/convênios</i>	<i>3.334.978</i>	<i>2.667.218</i>	<i>827</i>	<i>-</i>	<i>262.509</i>	<i>345.068</i>	<i>21.788</i>	<i>30.961</i>
<i>Receitas pela execução dos acordos de cooperação</i>	<i>332.020</i>	<i>411.696</i>	<i>18.743</i>	<i>50</i>	<i>6.398.830</i>	<i>5.389.197</i>	<i>157.269</i>	<i>278.158</i>
Subvenções ajustadas ao resultado	11.542	11.796	1.056	728	-	-	2	281
Outras receitas	120.266	243.979	66	-	-	-	11.479	1.032
Receitas intra OEI	2.443.557	926.073	120.986	67.811	29.999	29.999	163.867	117.446
II. DESPESAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	(6.942.051)	(5.219.387)	(185.333)	(74.260)	(9.237.201)	(6.888.398)	(481.203)	(540.056)
Despesas estruturais	(3.874.038)	(3.397.464)	(166.587)	(74.260)	(1.826.351)	(1.136.320)	(253.341)	(212.180)
Despesas de pessoal	(3.295.067)	(2.838.966)	(130.420)	(48.197)	(979.025)	(335.333)	(209.484)	(164.793)
Serviços de terceiros e despesas diversas	(328.526)	(317.124)	(18.501)	(13.540)	(775.800)	(733.837)	(34.179)	(38.931)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	(249.357)	(238.573)	(3.571)	(2.170)	(57.810)	(54.340)	(6.142)	(8.153)
Depreciação direito de uso	-	-	(11.769)	(10.353)	(11.348)	(10.302)	-	-
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(1.088)	(2.801)	(2.326)	-	(2.368)	(2.508)	(3.536)	(237)
Despesas correntes intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	(66)
Despesas pela execução de acordos/convênios	(3.068.013)	(1.821.923)	(18.746)	-	(7.410.850)	(5.752.078)	(227.862)	(327.876)
Despesas de pessoal	(169.556)	(164.812)	-	-	(409.015)	(740.698)	(12.384)	(36.199)
Serviços de terceiros e despesas diversas	(2.759.032)	(1.645.038)	(15.684)	-	(6.997.043)	(5.004.536)	(215.425)	(290.741)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	(8.488)	(262)	-	-	(1.318)	(6.324)	-	-
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(130.937)	(11.811)	(3.062)	-	(3.474)	(521)	(53)	(936)
A. RESULTADO DAS ATIVIDADES CORRENTES I + II	(255.501)	(540.316)	(8.900)	29.084	(1.660.160)	(494.424)	(14.875)	970

	Argentina		Bolívia		Brasil		Chile	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
III. RECEITAS FINANCEIRAS	23.155.162	33.000.276	1.360	858	3.951.980	2.988.226	-	182
Juros financeiros	7.947.666	7.732.317	-	-	3.269.419	2.541.992	-	182
Ganhos de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	15.207.496	25.267.959	-	-	-	-	-	-
Bonificações aos juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais positivas	-	-	1.360	858	682.561	446.234	-	-
Receitas financeiras intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
IV. DESPESAS FINANCEIRAS	(14.434.528)	(7.997.089)	(1.467)	(1.560)	(12.993)	(13.371)	(17.172)	(1.600)
Taxas bancárias	(275.081)	(117.829)	(707)	(843)	(9.929)	(11.171)	(426)	(767)
<i>Despesas estruturais</i>	(274.330)	(117.172)	(707)	(793)	(9.420)	(9.558)	(381)	(766)
<i>Despesas pela execução de acordos/convênios</i>	(751)	(657)	-	(50)	(509)	(1.613)	(45)	(1)
Juros	-	-	(760)	(717)	(3.064)	(2.200)	(40)	-
Perdas de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por desvalorização em investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais negativas	(14.159.447)	(7.879.260)	-	-	-	-	(16.706)	(833)
Despesas financeiras intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
B. RESULTADO FINANCEIRO III + IV	8.720.634	25.003.187	(107)	(702)	3.938.987	2.974.855	(17.172)	(1.418)
C. RESULTADO DO EXERCÍCIO A + B	8.465.133	24.462.871	(9.007)	28.382	2.278.827	2.480.430	(32.047)	(488)
V. Itens que não vão ser reclassificados para perdas ou ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por reavaliação de edifícios e terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por alterações em pressupostos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-
D. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	-
E. RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	8.465.133	24.462.871	(9.007)	28.382	2.278.827	2.480.430	(32.047)	(448)

**Demonstração de resultados e outros resultados
abrangentes da sede e dos escritórios**

	Colômbia		Costa Rica		Cuba		Equador	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
I. RECEITAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	30.973.168	62.182.552	267.371	276.051	75.211	-	2.124.805	3.355.420
Contribuições obrigatórias	82.315	82.315	34.755	34.755	66.920	-	34.755	34.755
Serviços e divulgações	876.001	3.308.376	-	-	-	-	11.220	-
Contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	50.000	50.000
Receitas por acordos/convênios	29.413.709	57.237.904	64.062	58.098	-	-	1.879.644	3.245.071
<i>Receitas por gestão e administração de acordos/convênios</i>	<i>2.021.124</i>	<i>3.523.362</i>	<i>-</i>	<i>4.505</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>161.885</i>	<i>233.656</i>
<i>Receitas pela execução dos acordos de cooperação</i>	<i>27.392.585</i>	<i>53.714.542</i>	<i>64.062</i>	<i>53.593</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>1.717.759</i>	<i>3.011.415</i>
Subvenções ajustadas ao resultado	5.478	4.151	-	-	-	-	-	584
Outras receitas	574.906	1.549.552	3.033	-	-	-	-	-
Receitas intra OEI	20.759	254	165.521	183.198	8.291	-	149.186	25.010
II. DESPESAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	(32.824.002)	(60.603.287)	(292.297)	(270.207)	(19.486)	-	(2.274.131)	(3.395.279)
Despesas estruturais	(4.838.979)	(6.223.191)	(181.602)	(135.585)	(11.195)	-	(373.689)	(328.250)
Despesas de pessoal	(1.688.107)	(946.148)	(112.406)	(104.646)	-	-	(293.498)	(252.400)
Serviços de terceiros e despesas diversas	(2.513.964)	(3.775.372)	(34.036)	(18.275)	(9.680)	-	(52.942)	(52.247)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	(60.514)	(40.709)	(4.347)	(4.623)	(1.515)	-	(11.188)	(12.910)
Depreciação direito de uso	(124.054)	(122.246)	(8.398)	(8.041)	-	-	(10.427)	(10.427)
Varição de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	(22.650)	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(452.340)	(1.316.067)	(22.415)	-	-	-	(5.634)	(256)
Despesas correntes intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Despesas pela execução de acordos/convênios	(27.985.023)	(54.380.096)	(110.695)	(134.622)	(8.291)	-	(1.900.442)	(3.067.029)
Despesas de pessoal	(401.912)	(535.114)	(8.814)	(4.089)	-	-	-	(4.143)
Serviços de terceiros e despesas diversas	(27.583.111)	(53.837.859)	(101.881)	(130.330)	(7.519)	-	(1.900.442)	(3.062.886)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	(7.123)	-	(204)	(772)	-	-	-
A. RESULTADO DAS ATIVIDADES CORRENTES I + II	(1.850.834)	1.579.265	(24.926)	5.844	55.725	-	(149.327)	(39.859)

**Demonstração de resultados e outros resultados
abrangentes da sede e dos escritórios**

	Colômbia		Costa Rica		Cuba		Equador	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
III. RECEITAS FINANCEIRAS	1.189.215	358.500	20	362	-	-	123.980	159.617
Juros financeiros	1.059.997	358.500	20	87	-	-	123.980	159.617
Ganhos de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Bonificações aos juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais positivas	129.218	-	-	251	-	-	-	-
Receitas financeiras intra OEI	-	-	-	24	-	-	-	-
IV. DESPESAS FINANCEIRAS	(62.304)	(198.554)	(3.222)	(1.898)	(662)	-	(3.792)	(2.890)
Taxas bancárias	(10.026)	(31.169)	(849)	(1.502)	(594)	-	(2.063)	(2.197)
<i>Despesas estruturais</i>	(5.548)	(30.339)	(613)	(1.335)	(594)	-	(1.474)	(1.483)
<i>Despesas pela execução de acordos/convênios</i>	(4.478)	(830)	(236)	(167)	-	-	(589)	(714)
Juros	(52.278)	(25.344)	(860)	(394)	-	-	(1.729)	(693)
Perdas de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por desvalorização em investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais negativas	-	(142.041)	(1.513)	-	(68)	-	-	-
Despesas financeiras intra OEI	-	-	-	(2)	-	-	-	-
B. RESULTADO FINANCEIRO III + IV	1.126.911	159.946	(3.202)	(1.537)	(662)	-	120.188	156.727
C. RESULTADO DO EXERCÍCIO A + B	(723.923)	1.739.211	(28.128)	4.307	55.063	-	(29.139)	116.868
V. Itens que não vão ser reclassificados para perdas ou ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por reavaliação de edifícios e terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por alterações em pressupostos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-
D. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	-
E. RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(723.923)	1.739.211	(28.128)	4.307	55.063	-	(29.139)	116.868

	El Salvador		Espanha		Guatemala		Honduras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
I. RECEITAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	619.015	464.440	7.769.461	7.220.975	363.839	186.784	716.723	494.403
Contribuições obrigatórias	34.755	34.755	900.447	872.911	34.755	34.755	34.755	34.755
Serviços e divulgações	-	-	119.155	29.787	-	-	-	-
Contribuições e subvenções	-	-	295.618	270.962	-	-	-	-
Receitas por acordos/convênios	525.174	409.449	2.264.508	2.280.594	104.197	456	354.644	83.625
<i>Receitas por gestão e administração de acordos/convênios</i>	415.296	397.177	329.299	209.457	11.053	456	131.042	28.218
<i>Receitas pela execução dos acordos de cooperação</i>	109.878	12.272	1.935.209	2.071.137	93.144	-	223.602	55.407
Subvenções ajustadas ao resultado	-	-	42	81	118	-	-	-
Outras receitas	5.787	1.457	24.628	30.231	76	30	366	789
Receitas intra OEI	53.299	18.779	4.165.063	3.736.409	224.693	151.543	326.958	375.234
II. DESPESAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	(633.643)	(465.289)	(8.787.012)	(7.364.982)	(264.983)	(195.296)	(627.675)	(488.354)
Despesas estruturais	(523.765)	(453.017)	(6.261.809)	(4.744.434)	(152.079)	(173.117)	(289.780)	(282.056)
Despesas de pessoal	(324.977)	(292.969)	(4.947.657)	(3.737.361)	(111.753)	(148.629)	(204.676)	(198.777)
Serviços de terceiros e despesas diversas	(113.962)	(89.286)	(1.205.638)	(945.551)	(31.595)	(17.192)	(59.417)	(51.469)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	(71.891)	(70.025)	(63.104)	(58.064)	(8.722)	(7.295)	(25.667)	(29.225)
Depreciação direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(12.935)	(737)	(38.947)	(3.458)	(9)	(1)	(20)	(1.985)
Despesas correntes intra OEI	-	-	(6.463)	-	-	-	-	(600)
Despesas pela execução de acordos/convênios	(109.878)	(12.272)	(2.525.203)	(2.620.549)	(112.904)	(22.179)	(337.895)	(206.298)
Despesas de pessoal	(32.881)	(12.083)	(206.417)	(409.466)	(19.412)	-	(1.385)	-
Serviços de terceiros e despesas diversas	(66.037)	(189)	(2.318.786)	(2.211.083)	(79.324)	(22.179)	(336.510)	(206.298)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	(10.960)	-	-	-	-	-	-	-
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	(14.168)	-	-	-
A. RESULTADO DAS ATIVIDADES CORRENTES I + II	(14.628)	(849)	(1.017.551)	(144.007)	98.856	(8.512)	89.048	6.049

	El Salvador		Espanha		Guatemala		Honduras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
III. RECEITAS FINANCEIRAS	-	3.329	820.904	701.406	315	890	4.326	8.269
Juros financeiros	-	3.329	617.381	265.919	279	390	3.417	3.055
Ganhos de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Bonificações aos juros	-	-	203.107	185.090	-	-	-	-
Variações cambiais positivas	-	-	-	248.276	36	-	761	5.158
Receitas financeiras intra OEI	-	-	416	2.121	-	500	148	56
IV. DESPESAS FINANCEIRAS	(631)	(512)	(498.973)	(209.838)	(507)	(4.561)	(2.144)	(2.076)
Taxas bancárias	(631)	(512)	(8.275)	(15.236)	(323)	(731)	(2.144)	(2.076)
<i>Despesas estruturais</i>	(631)	(512)	(4.942)	(9.436)	(183)	(321)	(1.979)	(2.052)
<i>Despesas pela execução de acordos/convênios</i>	-	-	(3.333)	(5.800)	(140)	(410)	(165)	(24)
Juros	-	-	(213.085)	(194.602)	-	-	-	-
Perdas de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por desvalorização em investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais negativas	-	-	(277.613)	-	-	(3.830)	-	-
Despesas financeiras intra OEI	-	-	-	-	(184)	-	-	-
B. RESULTADO FINANCEIRO III + IV	(631)	2.817	321.931	491.568	(192)	(3.671)	2.182	6.193
C. RESULTADO DO EXERCÍCIO A + B	(15.259)	1.968	(695.620)	347.560	98.664	(12.183)	91.230	12.242
V. Itens que não vão ser reclassificados para perdas ou ganhos	-	162.755	-	-	-	-	-	-
Resultados por reavaliação de edifícios e terrenos	-	162.755	-	-	-	-	-	-
Resultados por alterações em pressupostos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-
D. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	162.755	-	-	-	-	-	-
E. RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(15.259)	164.723	(695.620)	347.560	98.664	(12.183)	91.230	12.242

	México		Nicarágua		Panamá		Paraguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
I. RECEITAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	1.163.136	1.001.820	214.314	207.040	9.889.184	5.348.498	3.783.178	4.927.668
Contribuições obrigatórias	634.068	634.068	34.755	34.755	34.755	34.755	34.755	34.755
Serviços e divulgações	-	1	-	3.535	21.219	496.326	-	-
Contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas por acordos/convênios	527.753	367.751	-	1.164	9.820.568	4.814.337	3.696.561	4.836.493
<i>Receitas por gestão e administração de acordos/convênios</i>	<i>427.086</i>	<i>233.397</i>	-	-	<i>369.120</i>	<i>433.596</i>	<i>242.877</i>	<i>390.138</i>
<i>Receitas pela execução dos acordos de cooperação</i>	<i>100.667</i>	<i>134.354</i>	-	<i>1.164</i>	<i>9.451.448</i>	<i>4.380.741</i>	<i>3.453.684</i>	<i>4.446.355</i>
Subvenções ajustadas ao resultado	-	-	11	37	-	-	24.987	36.127
Outras receitas	1.315	-	8.754	-	12.642	2.105	795	1.827
Receitas intra OEI	-	-	170.794	167.549	-	975	26.080	18.466
II. DESPESAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	(792.698)	(668.751)	(219.600)	(235.184)	(10.256.153)	(5.774.498)	(3.991.221)	(5.310.029)
Despesas estruturais	(573.266)	(472.996)	(174.755)	(160.887)	(785.006)	(1.369.640)	(511.984)	(845.419)
Despesas de pessoal	(372.949)	(295.447)	(144.001)	(134.688)	(591.842)	(541.216)	(366.220)	(341.227)
Serviços de terceiros e despesas diversas	(174.786)	(156.777)	(19.673)	(19.566)	(117.688)	(173.167)	(102.838)	(97.148)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	(15.637)	(12.221)	(11.081)	(6.633)	(25.329)	(26.382)	(35.536)	(43.958)
Depreciação direito de uso	(9.894)	(8.550)	-	-	(40.944)	(40.197)	(7.052)	-
Varição de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	(303.574)
Outras despesas	-	-	-	-	(9.203)	(588.678)	(338)	(59.512)
Despesas correntes intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas pela execução de acordos/convênios	(219.432)	(195.755)	(44.845)	(74.297)	(9.471.147)	(4.404.858)	(3.479.237)	(4.464.610)
Despesas de pessoal	(8.509)	(716)	-	-	(2.114)	-	(1.793)	-
Serviços de terceiros e despesas diversas	(210.923)	(195.040)	(44.845)	(74.297)	(9.469.033)	(4.404.858)	(3.477.444)	(4.452.534)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	(12.076)
A. RESULTADO DAS ATIVIDADES CORRENTES I + II	370.438	333.069	(5.286)	(28.144)	(366.969)	(426.000)	(208.043)	(382.361)

	México		Nicarágua		Panamá		Paraguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
III. RECEITAS FINANCEIRAS	653.397	18.024	13.256	6.897	105.866	91.226	112.857	109.667
Juros financeiros	45.039	24.705	12.970	6.738	105.866	91.226	65.267	56.102
Ganhos de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	449.881	(199.864)	-	-	-	-	-	-
Bonificações aos juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais positivas	158.477	193.183	-	-	-	-	47.590	53.565
Receitas financeiras intra OEI	-	-	286	159	-	-	-	-
IV. DESPESAS FINANCEIRAS	(94.541)	(7.617)	(2.255)	(2.026)	(16.069)	(14.427)	(3.810)	(3.107)
Taxas bancárias	(5.003)	(5.544)	(640)	(664)	(12.562)	(10.658)	(3.710)	(3.107)
<i>Despesas estruturais</i>	(4.787)	(5.178)	(591)	(565)	(1.191)	(1.053)	(3.183)	(2.896)
<i>Despesas pela execução de acordos/ convênios</i>	(216)	(366)	(49)	(99)	(11.371)	(9.605)	(527)	(211)
Juros	(3.306)	(2.073)	-	-	(3.425)	(3.769)	(100)	-
Perdas de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	(86.232)	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por desvalorização em investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais negativas	-	-	(1.615)	(1.362)	(82)	-	-	-
Despesas financeiras intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	-
B. RESULTADO FINANCEIRO III + IV	558.856	10.407	11.001	4.871	89.797	76.799	109.047	106.560
C. RESULTADO DO EXERCÍCIO A + B	929.294	343.476	5.715	(23.273)	(277.172)	(349.200)	(98.996)	(275.801)
V. Itens que não vão ser reclassificados para perdas ou ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por reavaliação de edifícios e terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por alterações em pressupostos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-
D. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	-
E. RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	929.294	343.476	5.715	(23.273)	(277.172)	(349.200)	(98.996)	(275.801)

	Peru		Portugal		República Dominicana		Uruguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
I. RECEITAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	212.186	451.484	581.641	418.022	1.443.177	1.406.858	324.863	269.931
Contribuições obrigatórias	82.315	82.315	158.728	158.728	62.000	62.004	82.315	82.315
Serviços e divulgações	86.708	82.630	250	2.928	-	-	-	-
Contribuições e subvenções	-	-	83.334	104.948	-	-	22.304	22.269
Receitas por acordos/convênios	29.312	186.530	339.144	150.103	1.241.469	1.330.067	67.820	45.424
<i>Receitas por gestão e administração de acordos/convênios</i>	<i>12.538</i>	<i>164.531</i>	<i>11.227</i>	<i>10.783</i>	<i>185.415</i>	<i>152.408</i>	<i>21.136</i>	<i>11.859</i>
<i>Receitas pela execução dos acordos de cooperação</i>	<i>16.774</i>	<i>21.999</i>	<i>327.917</i>	<i>139.320</i>	<i>1.056.054</i>	<i>1.177.659</i>	<i>46.684</i>	<i>33.565</i>
Subvenções ajustadas ao resultado	-	-	-	-	4.368	-	-	-
Outras receitas	13.851	100.009	185	1.315	99.345	2.666	5	848
Receitas intra OEI	-	-	-	-	35.995	12.121	152.419	119.075
II. DESPESAS DAS ATIVIDADES CORRENTES	(348.148)	(431.232)	(588.568)	(403.758)	(1.475.958)	(1.710.621)	(354.488)	(282.936)
Despesas estruturais	(325.146)	(372.935)	(259.421)	(264.703)	(418.111)	(511.087)	(229.975)	(179.124)
Despesas de pessoal	(171.832)	(167.627)	(222.157)	(235.120)	(305.572)	(370.232)	(140.180)	(120.327)
Serviços de terceiros e despesas diversas	(94.422)	(139.290)	(30.096)	(22.753)	(66.336)	(95.342)	(69.825)	(39.804)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	(6.512)	(4.912)	(6.984)	(6.792)	(31.745)	(33.405)	(2.947)	(1.852)
Depreciação direito de uso	(52.379)	(48.014)	-	-	(4.217)	(7.179)	(16.907)	(16.907)
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	(1)	(13.092)	(17)	(38)	(2.028)	(4.929)	(116)	(234)
Despesas correntes intra OEI	-	-	(167)	-	(8.213)	-	-	-
Despesas pela execução de acordos/convênios	(23.002)	(58.297)	(329.147)	(139.055)	(1.057.847)	(1.199.534)	(124.513)	(103.812)
Despesas de pessoal	-	-	-	-	(97.116)	(78.922)	-	-
Serviços de terceiros e despesas diversas	(23.002)	(58.297)	(329.147)	(139.055)	(960.731)	(1.120.613)	(124.513)	(103.512)
Depreciação bens imobiliários, inst. e equip. e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	(300)
Variação de perdas por impairment em créditos incobráveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
A. RESULTADO DAS ATIVIDADES CORRENTES I + II	(135.962)	20.252	(6.927)	14.264	(32.781)	(303.763)	(29.625)	(13.005)

	Peru		Portugal		República Dominicana		Uruguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
III. RECEITAS FINANCEIRAS	153.171	31.815	-	17.829	36.787	3.333	10.347	9.864
Juros financeiros	153.171	31.815	-	-	87	286	10.347	8.995
Ganhos de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	-	16.597	3.047	-	-
Bonificações aos juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais positivas	-	-	-	17.829	20.103	-	-	-
Receitas financeiras intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	869
IV. DESPESAS FINANCEIRAS	(11.890)	(13.822)	(12.167)	(480)	(6.186)	(10.193)	(18.014)	(15.105)
Taxas bancárias	(3.383)	(2.966)	(424)	(480)	(5.737)	(4.531)	(2.542)	(1.820)
<i>Despesas estruturais</i>	(3.383)	(2.966)	(422)	(268)	(1.593)	(1.323)	(1.921)	(1.452)
<i>Despesas pela execução de acordos/ convênios</i>	-	-	(2)	(212)	(4.144)	(3.208)	(621)	(368)
Juros	(2.321)	(654)	-	-	(449)	(541)	(4.766)	(3.029)
Perdas de capital na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas em aplicações financeiras avaliadas a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por desvalorização em investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais negativas	(6.186)	(10.202)	(11.743)	-	-	(5.121)	(10.706)	(8.416)
Despesas financeiras intra OEI	-	-	-	-	-	-	-	(1.841)
B. RESULTADO FINANCEIRO III + IV	141.281	17.993	(12.167)	17.349	30.601	(6.860)	(7.667)	(5.241)
C. RESULTADO DO EXERCÍCIO A + B	5.319	38.245	(19.094)	31.613	(2.180)	(310.623)	(37.292)	(18.246)
V. Itens que não vão ser reclassificados para perdas ou ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por reavaliação de edifícios e terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados por alterações em pressupostos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-
D. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-	-	-	-	-
E. RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	5.319	38.245	(19.094)	31.613	(2.180)	(310.623)	(37.292)	(18.246)

	Argentina		Bolívia		Brasil		Chile	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(29.790.358)	(5.910.471)	14.048	(2.016)	(2.574.491)	173.612	(116.811)	48.886
Resultado do exercício	8.465.133	24.462.871	(9.011)	28.382	2.278.827	2.480.430	(32.044)	(448)
<i>Ajustes para conciliar o resultado:</i>	<i>(35.252.882)</i>	<i>(29.579.874)</i>	<i>131.296</i>	<i>39.509</i>	<i>(2.734.042)</i>	<i>(2.876.046)</i>	<i>157.930</i>	<i>184.681</i>
Amortizações	249.357	238.573	15.340	12.523	69.158	64.642	6.142	8.153
Resultados por valorizações a valor justo	(15.207.496)	(25.267.959)	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais positivas e negativas	(12.177.656)	(2.060.861)	-	-	(399.455)	(497.809)	18.807	24.398
Resultados advindos de PIE	696	218	(77)	14	-	2.507	365	(239)
Resultados de propriedades para investimentos	(110.437)	(113.588)	2.338	-	-	-	-	-
Juros financeiros	(7.947.666)	(7.732.317)	759	716	(3.266.355)	(2.539.779)	-	-
Outros	(48.138)	5.367.856	114.165	26.984	862.610	94.393	132.618	152.369
Transferência de subvenções para imobilizado	(11.542)	(11.796)	(1.229)	(728)	-	-	(2)	-
Varição de passivos circulantes	(3.371.749)	(1.099.984)	(108.587)	(95.612)	(2.665.212)	(11.588)	(250.539)	(280.004)
Varição de outros passivos não circulantes	-	-	-	30.801	-	-	-	-
Varição de ativos circulantes	404.903	320.013	350	(5.096)	545.936	580.816	26.422	144.657
Pago de provisões para riscos e contingências	(35.763)	(13.497)	-	-	-	-	(18.580)	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO	6.665.229	270.410	(9.030)	(1.726)	(33.144.605)	(7.750.946)	(1.937)	34.733
Recebimentos na alienação de ativos tangíveis (PIE)	-	-	-	-	671	-	-	-
Recebimentos na alienação de investimentos financeiros	187.494.402	262.002.053	-	-	-	-	-	37.677
Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis (PIE)	(116.202)	(113.706)	(9.030)	(1.726)	(30.373)	(25.474)	(1.937)	(2.944)
Pagamentos por ativos intangíveis	-	(1.992)	-	-	-	-	-	-
Pagamentos por aquisições de investimentos financeiros	(180.712.971)	261.615.945	-	-	(33.114.903)	(7.725.472)	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	(21.225.029)	8.108.692	143.222	28.079	1.413.827	2.131.605	19.950	(218.882)
Pagamentos de dívidas	(3.449)	(2.093)	-	49.835	(106)	-	(329)	174
Obtenção de dívidas	-	-	(24.574)	(81)	-	-	-	(5)
Contribuições recebidas financiadores	62.488.787	60.449.748	-	-	11.832.194	11.326.946	20.662	100.660
Fundos de financiadores executados para os quais não há obrigação de reembolso	(73.880.102)	(48.530.913)	(9.877)	(21.675)	(9.511.223)	(8.798.258)	-	(319.359)
Recebimento por contribuições do Fundo de Apoio	2.927.931	122.370	-	-	-	-	-	-
Pagamento por contribuições do Fundo de Apoio	(12.758.196)	(3.930.420)	177.673	49.835	(907.038)	(397.083)	(383)	(352)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES	(44.350.158)	2.468.631	148.240	24.337	(34.305.269)	(5.445.729)	(98.798)	(135.263)
Caixa e equivalentes ao início do período	105.228.929	102.760.298	78.998	54.661	684.325	61.939	192.965	328.228
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL	60.878.771	105.228.929	227.238	78.998	(33.620.944)	(5.383.790)	94.167	192.965

	Colômbia		Costa Rica		Cuba		Equador	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.383.973	(18.207.386)	(34.385)	85.220	(5.802)	-	(1.183.684)	3.203.605
Resultado do exercício	(723.922)	1.739.211	(28.128)	4.307	55.063	-	(29.139)	116.868
<i>Ajustes para conciliar o resultado:</i>	<i>4.808.596</i>	<i>(6.119.183)</i>	<i>127.555</i>	<i>106.498</i>	<i>(55.665)</i>	<i>-</i>	<i>83.918</i>	<i>369.782</i>
Amortizações	184.568	162.955	12.745	12.665	1.515	-	21.615	12.909
Provisões	333.421	1.109.277	-	-	-	-	-	-
Resultados por valorizações a valor justo	(86.486)	24.935	-	-	-	-	-	-
Variações cambiais positivas e negativas	3.147.842	(5.247.626)	763	768	59	-	-	-
Resultados advindos de PIE	(13.406)	2.617	-	-	-	-	-	261
Resultados de propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros financeiros	32.361	25.344	860	394	-	-	(122.251)	(158.925)
Outros	1.215.774	(2.192.534)	113.187	92.671	(57.239)	-	184.554	515.536
Transferência de subvenções para imobilizado	(5.478)	(4.151)	-	-	-	-	-	-
Variação de passivos circulantes	(4.537.564)	(17.233.002)	(144.214)	(71.067)	(10.031)	-	(1.237.289)	2.682.315
Variação de ativos circulantes	1.836.863	3.405.588	10.402	45.482	4.831	-	(1.174)	34.640
Pago de provisões para riscos e contingências	-	-	-	-	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO	(57.650)	(147.044)	(17)	(1.788)	(15.907)	-	1.587.356	(4.908.161)
Recebimentos na alienação de ativos tangíveis (PIE)	13.406	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos na alienação de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	13.671.973	-
Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis (PIE)	(67.728)	(140.012)	(17)	(1.788)	(15.907)	-	(615)	(2.930)
Pagamentos por ativos intangíveis	(3.328)	(7.032)	-	-	-	-	-	-
Pagamentos por aquisições de investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(12.084.002)	(4.905.231)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	(12.507.822)	3.454.502	136.962	(186.039)	21.709	-	1.203.924	854.226
Pagamentos de dívidas	(22.296)	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de dívidas	-	19.096	-	-	-	-	(432)	(586)
Contribuições recebidas financiadores	29.932.201	39.519.820	114.555	143.600	-	-	2.882.290	-
Fundos de financiadores executados para os quais não há obrigação de reembolso	(41.695.203)	(36.047.336)	(82.904)	(187.657)	-	-	(1.573.068)	4.736.687
Recebimento por contribuições do Fundo de Apoio	-	-	110.350	-	21.709	-	84.620	(3.941.779)
Pagamento por contribuições do Fundo de Apoio	(722.524)	(37.078)	(5.039)	(141.982)	-	-	(189.486)	59.904
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES	(11.181.499)	(14.899.928)	102.560	(102.607)	-	-	1.607.596	(850.330)
Caixa e equivalentes ao início do período	21.613.060	36.512.988	16.466	119.073	-	-	390.188	1.240.519
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL	10.431.561	21.613.060	119.026	16.466	-	-	1.997.784	390.189

	El Salvador		Espanha		Guatemala		Honduras	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	66.792	2.811.396	(387.030)	(1.773.032)	13.499	(5.227)	41.857	11.335
Resultado do exercício	(15.259)	1.968	(695.620)	347.560	98.663	(12.183)	91.228	12.242
<i>Ajustes para conciliar o resultado:</i>	<i>60.782</i>	<i>725.602</i>	<i>4.680.172</i>	<i>3.385.213</i>	<i>105.546</i>	<i>138.174</i>	<i>118.811</i>	<i>269.040</i>
Amortizações	71.891	70.025	63.104	58.064	8.722	7.295	25.667	29.225
Variações cambiais positivas e negativas	-	-	287.075	(701.991)	478	(643)	(5.011)	(5.941)
Resultados advindos de PIE	-	-	1.825	170	-	-	-	2.055
Juros financeiros	3.670	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	(617.381)	194.602	-	-	(142)	-
Transferência de subvenções para imobilizado	(14.779)	655.577	4.945.591	3.834.368	96.464	131.522	98.297	243.701
Variação de passivos circulantes	-	-	(42)	-	(118)	-	-	-
Variação de outros passivos não circulantes	(6.777)	2.088.033	(5.916.615)	(4.873.582)	(167.687)	(165.973)	(189.068)	(327.602)
Variação de ativos circulantes	28.046	(4.207)	1.545.033	(632.223)	(23.023)	34.755	20.886	57.655
Pago de provisões para riscos e contingências	-	-	-	-	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO	(54.101)	(9.768)	(2.770.361)	(1.459.588)	(1.834)	(2.087)	(125.202)	(2.542)
Recebimentos na alienação de ativos tangíveis (PIE)	-	-	-	-	-	-	-	103
Recebimentos na alienação de investimentos financeiros	-	-	4.935.925	-	-	-	-	-
Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis (PIE)	(54.101)	(9.768)	(50.644)	(48.988)	(1.834)	(2.087)	(75.952)	(2.645)
Pagamentos por ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	(550)	-
Pagamentos por aquisições de investimentos financeiros	-	-	(7.655.642)	(1.410.600)	-	-	(48.700)	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	(723.315)	(934.906)	1.902.260	2.590.227	201.860	67.823	511.574	131.330
Pagamentos de dívidas	(862)	-	(16.748)	-	-	-	(0)	(1.672)
Obtenção de dívidas	-	1.174	-	18.871	-	-	72	0
Contribuições recebidas financiadores	357.008	9.638.645	2.736.010	4.942.570	237.136	36.555	2.363.590	788.245
Fundos de financiadores executados para os quais não há obrigação de reembolso	(1.007.351)	(10.545.978)	(4.163.673)	(4.652.209)	-	(21.517)	(1.930.404)	(525.666)
Recebimento por contribuições do Fundo de Apoio	-	-	3.346.671	2.280.995	-	52.785	78.316	-
Pagamento por contribuições do Fundo de Apoio	(72.110)	(28.747)	-	-	(35.276)	-	-	(129.576)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES	(710.624)	1.866.722	(1.255.131)	(642.393)	213.525	60.509	428.229	140.123
Caixa e equivalentes ao início do período	8.775.511	6.908.789	8.245.115	8.887.508	71.957	11.447	674.268	534.144
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL	8.064.887	8.775.511	6.989.984	8.245.115	285.482	71.956	1.102.497	674.267

	México		Nicarágua		Panamá		Paraguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	239.634	745.239	(24.041)	(135.155)	(700.337)	85.444	(985.404)	518.042
Resultado do exercício	929.293	343.476	5.715	(23.273)	(277.172)	(349.200)	(98.996)	(275.801)
<i>Ajustes para conciliar o resultado:</i>	<i>(678.461)</i>	<i>220.631</i>	<i>131.482</i>	<i>125.968</i>	<i>288.300</i>	<i>1.113.573</i>	<i>147.046</i>	<i>4.817.713</i>
Amortizações	25.532	20.771	11.081	6.596	66.273	66.581	42.588	43.958
Variações cambiais positivas e negativas	255.999	(53.712)	(7)	(126)	-	-	3.180	4.644.937
Resultados advindos de PIE	-	-	(8.500)	-	543	-	-	30.790
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	303.574
Resultados de investimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	4.225	-
Juros financeiros	(446.576)	201.947	-	-	(84.109)	(66.231)	(65.165)	(56.103)
Outros	(513.416)	51.624	128.919	119.498	305.593	1.113.223	187.205	(82.991)
Transferência de subvenções para imobilizado	-	-	(11)	-	-	-	(24.987)	(66.453)
Variação de passivos circulantes	(644.540)	(447.908)	(163.930)	(143.161)	(755.681)	(695.117)	(1.060.489)	1.087.406
Variação de ativos circulantes	633.342	629.040	2.692	(94.689)	44.216	16.188	27.035	(5.111.276)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO	86.232	(1.235.801)	(19.444)	149.800	36.544	60.850	(441.277)	(896.760)
Recebimentos na alienação de ativos tangíveis (PIE)	-	-	8.500	-	18.000	-	-	-
Recebimentos na alienação de investimentos financeiros	86.232	-	-	150.000	70.000	70.000	-	-
Recebimentos na alienação de investimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis (PIE)	-	(28.276)	(27.944)	(200)	(51.456)	(9.150)	(9.470)	(528)
Pagamentos por aquisições de investimentos financeiros	-	(1.207.525)	-	-	-	-	(431.807)	(896.232)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	(2.253.725)	1.387.948	48.975	(49.339)	(985.765)	946.801	(349.322)	(7.177.631)
Pagamentos de dívidas	-	(410)	-	(510)	-	(173)	-	-
Obtenção de dívidas	863	0	546	-	63	-	292	0
Contribuições recebidas financiadores	577.372	6.183.545	-	8.415	10.378.715	78.170.187	4.267.122	10.551.663
Fundos de financiadores executados para os quais não há obrigação de reembolso	(2.740.601)	(4.621.727)	-	(10.415)	(11.364.543)	(77.183.929)	(4.606.034)	(17.740.827)
Recebimento por contribuições do Fundo de Apoio	-	-	48.429	-	-	-	-	11.533
Pagamento por contribuições do Fundo de Apoio	(91.359)	(173.460)	-	(46.829)	-	(39.284)	(10.702)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES	(1.927.859)	897.386	5.490	(34.694)	(1.649.558)	1.093.095	(1.776.003)	(7.556.349)
Caixa e equivalentes ao início do período	4.428.955	3.531.569	127.981	162.674	12.399.039	11.305.944	4.998.674	12.555.023
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL	2.501.096	4.428.955	133.471	127.980	10.749.481	12.399.039	3.222.671	4.998.674

	Peru		Portugal		República Dominicana		Uruguai	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.085.137)	(1.574.893)	(17.751)	39.215	(341.740)	56.856	(150.969)	28.864
Resultado do exercício	5.318	38.245	(19.091)	31.613	(2.180)	(310.623)	(37.291)	(18.246)
<i>Ajustes para conciliar o resultado:</i>	<i>526.545</i>	<i>621.623</i>	<i>111.693</i>	<i>86.848</i>	<i>15.688</i>	<i>329.894</i>	<i>135.584</i>	<i>143.031</i>
Amortizações	58.891	52.926	6.984	6.792	35.962	40.584	19.854	18.759
Variações cambiais positivas e negativas	153.171	-	-	-	(16.597)	-	-	-
Resultados por avaliação a valor justo	72.297	94.461	22.411	(29.872)	(51.957)	17.810	5.818	31.310
Resultados advindos de PIE	-	276	-	-	(1.894)	6.289	-	259
Juros financeiros	2.321	653	-	-	449	541	4.765	-
Outros	239.865	473.307	82.298	109.928	54.093	264.670	105.147	92.703
Transferência de subvenções para imobilizado	-	-	-	-	(4.368)	-	-	-
Variação de passivos circulantes	(87.272)	(2.288.734)	(228.704)	(237.974)	(409.660)	(96.332)	(362.517)	(180.729)
Variação de ativos circulantes	(3.529.728)	53.973	118.351	158.728	67.411	133.917	113.255	84.808
Pagamento de provisões para riscos e contingências	-	-	-	-	(12.999)	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO	(1.251)	8.844.000	(28.096)	(4.099)	(232.796)	(6.927)	(29.900)	(1.024)
Recebimentos na alienação de ativos tangíveis (PIE)	-	-	4.801	-	19.567	-	-	2.546
Recebimentos na alienação de investimentos financeiros	-	7.072	-	-	-	-	-	-
Recebimentos na alienação de investimentos imobiliários	-	8.850.000	-	-	-	-	-	-
Pagamentos por aquisições de ativos tangíveis (PIE)	(1.251)	(13.072)	(32.897)	(4.099)	(38.865)	(6.927)	(29.900)	(3.570)
Pagamentos por aquisições de investimentos financeiros	-	-	-	-	(213.498)	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO	(733.987)	(1.405.789)	(158.360)	(5.395)	1.059.521	(403.519)	214.695	176.544
Subvenções governamentais	-	-	-	-	-	-	-	186.936
Pagamentos de dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de dívidas	-	-	-	-	246	75	875	602
Contribuições recebidas financiadores	89.987	3.276.221	212.178	328.735	1.060.764	4.939.465	700.709	537.982
Fundos de financiadores executados para os quais não há obrigação de reembolso	(790.923)	(1.114.501)	(360.682)	(334.130)	-	(5.330.935)	(495.790)	(554.651)
Recebimento por contribuições do Fundo de Apoio	-	-	-	-	-	-	8.901	5.675
Pagamento por contribuições do Fundo de Apoio	(33.051)	(3.567.509)	(9.856)	-	(1.489)	(12.124)	-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES	(3.820.375)	5.863.318	(204.207)	29.721	484.985	(353.590)	33.826	204.384
Caixa e equivalentes ao início do período	5.973.570	110.252	411.814	382.091	658.851	1.012.440	472.828	268.445
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL	2.153.195	5.973.570	207.607	411.812	1.143.836	658.850	506.654	472.829



Anexo II.

- Saldo detalhado de projetos em execução resultantes de acordos de colaboração

País	Financiadores	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Administração de projetos:			
Argentina	Administração Nacional de Seguridad Social (ANSES)	2.838,29	5.569.909,68
	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	78.066,63	162.322,16
	Agência P&D+i	467.154,73	-
	Agência Nacional de Deficiência (ANDIS)	-	33.470,44
	Associação Dante Alighieri	3.880,61	-
	Autoridade da <i>Cuenca Matanza Riachuelo</i> (ACUMAR)	-	44.440,72
	CABA – Min. Educação e Inovação Cidade Autônoma de B.A	-	28.316,24
	Comissão Nacional de Bibliotecas Populares (CONABIP)	-	353.846,51
	Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais Argentina	7.775,46	127.081,76
	Defensoria dos direitos da criança e do adolescente	145.297,56	91.050,04
	Ente Nacional de Obras Hídricas de Saneamento (ENOHSA)	110.674,49	1.254.240,07
	Fundação Argentina Promoção de Investimentos e Comércio Intl.	1.001,48	1.892,76
	Fundação EIDOS	-	4.476,16
	Fundação Pérez Companc Argentina	2.636,52	13.168,54
	Honorável Câmara de Deputados da Nação HCDN)	-	118.047,53
	Instituto de Habitação da Cidade Autônoma de Buenos Aires	40.675,18	164.172,07
	Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Profissional Docente	-	5,26
	Instituto Nacional das Mulheres (INAM)	1.468.753,78	7.397.904,80
	<i>Jefatura de Gabinete Nación</i>	-	230.112,13
	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Arg.	3.097.816,37	5.154.647,80
	Ministério da Cultura da Nação	-	571,45
	Ministério da Cultura Presidência da Nação Argentina	212.025,82	2.552.295,12
	Ministério do Desenvolvimento Social da Nação Argentina (MDS)	53.942,90	236.946,01
	Ministério da Educação Nacional da Argentina	625.865,26	2.369.289,72
	Ministério da Infraestrutura da Província de Buenos Aires	-	552.046,66
	Ministério do Interior da Nação Argentina	91.340,39	338.388,67
	Ministério da Justiça e Segurança do GCBA (MJYSGC)	10.058,62	260.581,30
	Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade	-	246,12
	Ministério de Obras Públicas Argentina	664.604,27	20.601.898,51
	Ministério de Obras Públicas da Nação	-	940,35
	Ministério do Planejamento da Argentina	2.886,39	13.203,27
	Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social Argentina	40.313,50	86.912,20
	Ministério do Transporte da Nação Argentina	-	428.951,06
	Municípios Córdoba	2.574,26	32.987,56
	<i>Pan American Energy LLC</i> Sucursal Argentina	8.410,70	90.191,13
	Secretaria de Meios e Comunicação Pública	-	134.228,65
	SECRETARIA PARA A DROGADIÇÃO	105.925,52	43.259,99
	Subsecretaria do Ministério da Fazenda e Finanças Públicas	-	39.889,64
	Superintendência de Riscos do Trabalho	-	67,89
	Superintendência de Riscos do Trabalho Argentina	6.949,38	398.199,34
	Teatro Nacional Cervantes (TNC)	96.503,63	-
	Universidade Nacional Guillermo Brown	-	721,63
	Outros	382,72	396,05
Bolívia	Unicef	27.802,01	-
Brasil	EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	-	16.551,56
	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)	337.896,16	136.996,61
	Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)	2.294.374,88	1.737.108,43
	Ibermuseus	-	1.532,91

País	Financiadores	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
	Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)	502.185,73	61.966,75
	Ministério da Educação	604.636,64	513.169,39
	Ministério da Justiça	781.029,07	594.564,09
	Ministério do Turismo Brasil (MTUR)	965.298,77	31.784,37
	Secretaria da Educação de Belo Jardim	33.249,42	53.672,63
	Secretaria do Estado da Educação (SEE S. Paulo)	156.100,98	274.920,56
	Secretaria do Estado da Educação e do Esporte Paraná (SEED)	989.846,64	223.570,89
	Secretaria dos Direitos Humanos	175.934,34	132.285,10
Colômbia	Patrimônio Fundo Autônomo Colômbia em Paz (PA FCP)	-542.381,05	1.281.604,00
Costa Rica	Fundação Parque Metropolitano <i>La Libertad</i>	7.269,92	-
	Patrocinadores atividades técnicas musicais CNM	-172,24	-173,58
	Patrocinadores Ministério da Cultura e Juventude Costa Rica	922,74	8.096,91
Equador	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	-	54.048,53
	Iberarquivos	8.017,15	0,01
El Salvador	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	599,47	2.896,56
	Instituto Nacional da Juventude El Salvador	106.320,17	1.225.854,21
	Ministério da Educação de El Salvador (MINED)	2.614.967,48	2.907.110,46
Espanha	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	11.276,24	-71,99
	Iberarquivos	465.177,82	518.071,86
	Ibermuseus	111.911,53	120.350,90
	Países-Membros Cons. Intergovernamental Iberescena	2.443.349,23	2.077.164,15
	Universidade de Alcalá	27.929,53	42.931,70
Guatemala	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	41.070,75	19.439,43
Honduras	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	122,60	33.466,62
	Secretário de Estado no Gabinete de Educação	855.183,05	376.774,99
México	AMEXCID Agência Mexicana Coop. Internac. p/ o Desenvolvimento	386.353,70	2.554.816,82
	Autoridade Educativa Federal da Cidade do México (AEFCM)	-	1.774,88
	Corporação Andina de Fomento (CAF)	-	3.947,67
	Fundação Carlos Hank, A.C. "FCH"	31.992,64	30.088,18
	Iberarquivos	4.304,22	-
	Países-Membros <i>Ibercocinas</i>	172.063,84	278.595,25
	Programa Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI)	386.957,71	407.277,53
	Rede Ibero-americana p/ Acreditação Qualid. da Educação (RIACES)	94.597,44	72.159,97
Nicarágua	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	2.506,35	2.512,82
	<i>Perkins International</i>	201,15	201,15
Panamá	Corporação Andina de Fomento (CAF)	3.210.194,76	3.517.454,77
	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	-	4.833,21
	Ministério da Educação Rep. Panamá	234.436,95	525.489,37
Paraguai	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	122.584,12	121.456,72
	Agência Nac. Avaliação e Acreditação Ed. Superior (ANEAES)	36.851,45	115.026,60
	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	6.680,23	-
	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia Paraguai (CONACYT)	503,90	5.216,18
	Corporação Andina de Fomento (CAF)	12.730,52	-3.228,17
	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	1.043,81	14.390,31
	ITAIPU	198.816,42	711.323,10
	KOICA – Agência Coreana de Cooperação Internacional	71.673,23	181.618,29
	Ministério da Fazenda do Paraguai	105.212,31	191.962,20
	Ministério de Obras Públicas e Comunicações Paraguai (MOPC)	-73.574,16	-
	União Europeia	2.142,22	48,34

País	Financiadores	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	21.699,35	42.100,00
	Executora 120 Programa Nacional Fornec. de materiais educativos	33.557,78	32.650,09
	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	1.441,32	8.505,41
	Governo Regional de Pasco	61.875,14	60.201,53
	Instituto Nacional de Estatística e Informática	32.084,47	31.216,64
	Investimento público (SUNAT)	18.950,13	18.437,56
	MINCETUR	1.122,41	1.092,05
	Ministério da Cultura	17.511,56	15.738,23
	Ministério da Cultura Peru	1.832.576,90	2.455.206,42
	PEDICP	1.269,79	1.235,45
	Plano Copesco Nacional	1.560,98	1.518,76
	PY. preparação e desenvolvimento XVIII Jogos Pan-Americanos 2019	8.556,35	8.324,91
Portugal	Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)	23.582,41	171.779,07
República Dominicana	<i>Defensor del Pueblo Rep. Dominicana</i> (DF)	355.205,01	-
	Inst. Dominicano Avaliação e Investigação Qualidade Ed-IDEICE	207,73	1.522,21
	Instituto Nacional Formação Superior Salomé Ureña ISFODOSU	521.634,60	560.899,49
	Ministério da Educação da República Dominicana	7.760,58	39.293,00
	Universidade de Alcalá	-	-154,20
Uruguai	Administração Nacional de Educação Pública do Uruguai (ANEP)	150.744,59	176.083,73
	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	47.011,41	13.748,60
	Fundação ReachingU	620,37	-
	Instituto Nacional da Juventude Uruguai (INJU)	773,97	754,13
	Ministério da Educação e Cultura República Oriental Uruguai	1.672,14	-21.086,67
	Ministério de Turismo do Uruguay (MINTUR)	191.794,78	16.166,92
	<i>Motorola Solutions Foundation</i>	46.007,21	7.953,50
	Programa Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI)	1.779,43	-
	R.E. Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais Mercosul	117.466,02	123.367,92
Secretaria Inteligência Estratégica Estado do Uruguai (SIEE)	-7.986,17	36.679,88	
Total administração de projetos		28.867.027	73.917.205

País	Financiadores	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Projetos de cooperação com financiamento externo:			
Argentina	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	30,86	-
	CABA – Min. Educação e Inovação Cidade Autônoma de B.A	-	343,44
	Conselho Federal de Investimentos (CFI)	-	2.953,44
	Corporação Andina de Fomento (CAF)	54.875,49	-
	Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social Argentina	-	30.649,57
	Natura Cosméticos S.A	3.756,87	3.397,58
	Organização Internacional do Trabalho (OIT)	-	5.293,27
	Sindicato Único de Vigilância e Segurança Comercial (SUVICO)	-	16.861,87
	Unesco	-	885,67
	Unicef	1.814,31	6.368,20
	União Europeia	-	-2.545,10
Bolívia	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	153.856,24	28.620,00
Brasil	Agência Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS)	-	564.854,04
	Banco da Amazônia	3.098,72	-
	CAPES - Coordenação Aperfeiçoamento Pessoal Nível Superior	203.007,19	204.135,44
	Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed	-	3.718,30
	Controladoria-Geral da União (CGU)	215.023,86	89.295,97
	Google	15.621,43	-
	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)	193.882,18	191.677,37
	Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural (IOK)	-	958,38
	MAR Bilheteria	193.826,83	130.870,18
	MAR Seção de espaço	110.280,02	42.642,93
	Ministério da Cultura	1.258.373,13	165.870,74
	Ministério da Educação	2.127.818,41	3.155.684,76
	Município Rio de Janeiro Secretaria Municipal de Cultura	730.455,26	568.159,80
	Patrocinadores MAR	35.488,77	110.044,16
	SEBRAE- Serviço Brasileiro Apoio às Micro e Pequenas Empresas	48.340,12	-
	Sec. do Estado da Casa Civil Governo do Estado do Rio (SECC)	-	2.555.816,45
	Secretaria de Cultura - Município de Salvador	26.618,70	-
	Secretaria Educação Estado do Rio Grande do Sul	1.850.714,07	-
	Secretaria Municipal de Educação do Recife (SMER)	708.453,83	-
	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)	14.214,65	84.890,31
	Tribunal Superior do Trabalho Brasil	64.333,67	-
União Europeia	15.295,56	13.929,87	
Vale Brasil	6.090,55	-	
Chile	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	-0,33	581,33
	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	57.506,35	50.470,34
	Fundação Santa María (SM)	-	3.335,98
	Matrículas Formação de pós-doutorado da UAH - Governança	1.425,78	16.532,08
	Ministério da Educação do Chile	33.969,84	3.504,49
	Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugal	66,25	60,01
	União Europeia	1.081,05	11.365,63
Colômbia	Administradora Recursos Sist. Seguridade Social Saúde (ADRES)	87.147,49	280.454,84
	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	3.529,64	777,46
	Aeronáutica Civil da Colômbia	231,66	48.098,17
	Agência Nacional de Mineração (ANM)	0,02	55,26
	Agência Nacional de Terras	68,60	445.769,47
	Agência de Reincorporação e Normalização ARN)	49.167,03	-

País	Financiadores	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
	Prefeitura Local de Bosa	-	5.303,51
	Prefeitura Local de Suba	-	1.160,16
	Prefeitura Rafael Uribe Uribe (FDLRUU)	158.528,80	116.327,65
	Câmara de Comércio de Bogotá	4.396,46	2.465,91
	Coldeportes	749.594,92	595.578,92
	Computadores para Educar (CPE)	3.045,22	73.023,33
	Controladoria-Geral da República da Colômbia	121.886,63	131.589,78
	Corporação Autônoma Regional de Quindío - CRQ	701.550,78	-
	<i>Defensoría del Pueblo Colombia</i> (Ouvidoria)	1.454,57	59.087,30
	Departamento de Cundinamarca Colômbia	911,09	-
	Departamento do Atlântico	-	75.675,86
	Fundo de Desenvolvimento Local de Barrios Unidos	176,68	3.973,44
	Fundo de Desenvolvimento Local de Kennedy (FDLK)	311,94	35.984,89
	Fundo de Desenvolvimento Local de San Cristóbal (FDLSC)	153.488,91	128.274,22
	Fundo Financeiro Distrital de Saúde (FFDS)	4.872,28	8.007,18
	Fundação <i>Enel Colombia</i>	175,40	10.607,09
	Fundação <i>Triple A</i>	32,23	-
	Governo de Magdalena	1,82	-
	Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF)	65,71	11.927,60
	Instituto Distrital Participação e Ação Comunal (IDPAC)	-	5.446,36
	Jardim Botânico de Bogotá	145,71	1.423,51
	Jurisdição Especial para a Paz (JEP)	1.674.764,65	597.649,18
	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (ant. COLCIENCIAS)	1.070.055,08	6.045.146,05
	Ministério da Agricultura da Colômbia	-211.371,53	-495.606,43
	Ministério do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial	42.412,90	671.562,87
	Ministério da Cultura Colômbia	5.546,18	4.378,54
	Ministério da Defesa da Colômbia	249,52	192,93
	Ministério da Educação Nacional Colômbia	563.576,80	40.318,49
	Ministério da Justiça e do Direito Colômbia	35.609,07	239.345,40
	Ministério do Interior Colômbia	434.577,69	4.484.782,47
	Ministério do Trabalho da República da Colômbia	5.724,58	231.457,29
	Município de Soacha Colômbia	9.466,76	-
	Município de Zipaquirá	-	7.939,43
	Patrimônio Autônomo Fundo Colômbia em Paz (PA FCP)	871.676,34	3.737.277,77
	Procuradoria Geral da Nação Colômbia	18.126,71	273.398,96
	Registro Nacional de Estado Civil da Colômbia (RNEC)	-	1.343,79
	Secretaria Distrital de Desenvolvimento Econômico (SDDE)	-	24.184,03
	Secretaria Distrital de Governo	-	196,67
	Secretaria Distrital Segurança, Convivência e Justiça	111,57	720,54
	Secretaria Educação Distrital de Bogotá	51.747,42	967.257,69
	Secretaria-Geral da Prefeitura de Bogotá	52.247,06	289.500,90
	Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA)	212,20	167,77
	Serviço Público de Emprego da Colômbia (SPE)	1.080.596,75	25.923,13
	Unidade de Atenção e Reparação Integral de Vítimas (UARIV)	641.186,26	1.044,37
	União Europeia	12.202,30	-2.097,55
Costa Rica	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	12.965,39	29.256,23
	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	475,00	-
	Banco Popular e Desenvolvimento Comunal (BP)	50.000,00	-
	Instituto Nacional de Seguros Costa Rica (INS)	707,57	-

País	Financiadores	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
	Patrocinadores atividades técnicas musicais CNM	0,98	0,98
	União Europeia	-2.317,71	-
Equador	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	0,01	38.957,72
	Centro Interamericano de Artesanato e Artes Populares	-175,84	-47,32
	Corporação Andina de Fomento (CAF)	-	-9.026,67
	Donativos FISEM/OEI	11,59	11,59
	Ibermuseus	1,37	1,37
	Instituto Nacional de Patrimônio Cultural (INPC)	50.267,71	-
	Ministério da Cultura e Patrimônio do Equador	2.121,76	2.121,76
	Ministério da Educação Equador (MINEDUC)	2.781,84	2.781,84
	Secretaria de Cultura do Distrito Metropolitano de Quito	1.072.319,13	1.395.170,33
	Secretaria de Educação, Recreação e Desportos (SERD Quito)	1.634.040,00	-
	Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)	5.787,44	-
	Universidade das Artes (UArtes)	90.732,07	234.547,43
El Salvador	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	192.977,43	293.931,50
	União Europeia	449.289,17	-
Espanha	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	-70.584,82	535.932,59
	Associação desenvolvimento da propriedade intelectual (Adepi)	2.344,15	-2.856,80
	Prefeitura de Madri	213,85	53.327,64
	Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE)	365,04	699,83
	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-2.433,57	-922,76
	<i>Cjería. de Economía, Innovación, Ciencia y Empleo J. Andalucía</i>	106.488,97	251.075,74
	Colaboradores IIEYP	59.279,61	82.262,69
	Companhia de Comércio Exterior S.L (EQUINOCCIO)	-6.696,91	-
	Corporação Andina de Fomento (CAF)	13.390,75	108.549,10
	Embaixada do Brasil na Espanha	-252,18	1.858,45
	Fundação ONCE -Coop. e Inclusão de Pessoas com Deficiência	129,05	-96,33
	Fundação ProFuturo	8.765,26	46.189,34
	Fundação Santa María (SM)	617,81	-29,34
	INAFOCAM República Dominicana	-53.735,91	-
	Ministério da Cultura	-37,00	-37,00
	Ministério dos Direitos Sociais e Agenda 2030 (MINC. SOCIAL)	-22.111,86	-21,33
	Ministério da Educação da Espanha	89.925,59	80.448,29
	Ministério da Educação Nacional da Argentina	-	-3.707,56
	Netflix Serviços de streaming Espanha, S.L (NETFLIX)	2.127,28	2.053,32
	Programa Presidencial de Bolsas "Honduras 20/20"	2.245,03	6.364,34
	SENACYT Panamá	-12,40	107.132,00
	SEP - Direção-Geral de Relações Internacionais	18.516,99	35.643,72
	Serviço Nacional de Aprendizagem SENA	-	152.383,79
	União de Cidades Capitais da Ibero-América (UCCI)	-	5.098,12
	União Europeia	-456.350,30	182.250,40
	Universidade Camilo José Cela	-	2.264,47
	Veolia Holding América Latina S.A.	-1.537,51	6.250,60
Guatemala	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	200.186,52	902,30
	Fundação Pestalozzi	5.617,43	-
Honduras	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	98.964,76	284.823,64
	Embaixada da República da Coreia em Honduras	587,94	-0,19
	Fundação da Agroindústria Açucareira FUNAZUCAR	8.907,86	-
	Fundação ONCE para América Latina (FOAL)	15.885,28	-

País	Financiadores	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
	Secretário de Estado no Gabinete de Educação	-	0,33
	Universidade Nacional Autônoma de Honduras	4.537,39	-
	Universidade Pedagógica Nacional Francisco Morazán	8.112,77	65,81
México	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	58.813,85	122.555,94
	Conselho para Prevenir e Eliminar a Discriminação CM (COPRED)	-	4.777,52
	União Europeia	-0,03	-717,22
	Universidade Autônoma Metropolitana do México DF	-	1.652,76
Panamá	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	5.119,82	17.361,99
	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	186.589,31	-
	Corporação Andina de Fomento (CAF)	-367.125,57	-
	Ministério da Educação Rep. Panamá	6.446.923,76	7.006.887,17
	Sociedade Latino-Americana Investimentos Internacional S.A.	-166,65	-166,65
	Outros	941,05	-
Paraguai	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	1.196.304,18	590.032,59
	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia Paraguai (CONACYT)	587,15	4.402,16
	Inscrições Congresso de Arquivologia	1.088,63	-
	Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	67.250,22	133.471,00
	Ministério da Educação do Paraguai	475.065,79	723.371,47
	Ministério de Obras Públicas e Comunicações Paraguai (MOPC)	206.971,53	451.678,84
	Gabinete da Primeira-Dama da Nação (OPD) (OPD)	369,80	4.144,81
	SEP – Direção-Geral de Relações Internacionais	260,02	257,63
	União Europeia	2.227.638,05	1.927.509,60
	Yacyreta S.A. Paraguai	542,40	27.225,96
Portugal	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	4.051,52	-
	Fundação Calouste Gulbenkian	-	-738,45
	Gabinete Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais GEPAC	16.900,16	-
	Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugal	40.906,94	55.464,89
República Dominicana	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	111.673,79	33.657,43
	Corporação Andina de Fomento (CAF)	-2.501,04	-
	INAFOCAM República Dominicana	1.645.107,96	34.095,07
	Inst. Dominicano Avaliação e Investigação Qualidade Ed-IDEICE	135.249,01	23.554,88
	Instituto Nacional Formação Superior Salomé Ureña ISFODOSU	399.587,06	40.306,53
	Ministério da Economia, Planeamento e Desenvolvimento (MEPyD)	66.465,66	145.034,53
	Ministério da Educação de República Dominicana	725.114,52	686.813,73
	SEP - Direção-Geral de Relações Internacionais	-	-1.851,39
Uruguai	Administração Nacional de Usinas e Transmissões Elétricas (UTE)	-	-307,70
	Administração Nacional de Telecomunicações (ANTEL)	-1.745,33	-79,11
	Aecid Agência Espanhola Cooperação Inter. p/ o Desenvolvimento	2.528,01	16.576,67
	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	-666,15
	Centro Latino-Americano de Aprendizagem e Serviço Solidário	-1.691,79	3.037,70
	Montagem de veículos no Uruguai (NORDEX)	-	-566,41
	Fundação Banco da República Oriental do Uruguai (BROU)	-	-306,75
	Fundação OEI	1.566,76	1.566,76
	União Europeia	21.946,58	6.769,51
Total de projetos de cooperação com financiamento externo		33.796.596	43.230.742
Saldo total de projetos em execução		62.663.623	117.147.947

FORMULAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO ANUAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Madri, no dia 30 de junho de 2024, o Secretário-Geral da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura apresenta as demonstrações financeiras do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, compostas pelos seguintes documentos:

- Demonstração da situação financeira
- Demonstração de resultados e outros resultados abrangentes
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- Demonstração de fluxo de caixa
- Notas e anexos das demonstrações financeiras

Mariano Jabonero Blanco
Secretário-Geral
Organização de Estados Ibero-Americanos
para a Educação, a Ciência e a Cultura.



-  Organización de Estados Iberoamericanos
-  Paginaoei
-  @EspacioOEI
-  @Espacio_OEI
-  Organização de Estados Ibero-Americanos

Estrada Bravo Murillo 38
28015 Madri, Espanha
Tel.: +34 91 594 43 82
Fax.: +34 91 594 32 86

oei.int

